

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAYPE DANIEL DE ABREU DOS SANTOS

**A JUSTIÇA E A GAZETA DO POVO:  
UM LIVRO-REPORTAGEM SOBRE A SAGA ESTRADÉIRA DE CINCO  
PROFISSIONAIS DA IMPRENSA PROCESSADOS POR 48 JUÍZES E  
PROMOTORES PARANAENSES**

CURITIBA

2017

KAYPE DANIEL DE ABREU DOS SANTOS

**A JUSTIÇA E A GAZETA DO POVO:  
UM LIVRO-REPORTAGEM SOBRE A SAGA ESTRADEIRA DE CINCO  
PROFISSIONAIS DA IMPRENSA PROCESSADOS POR 48 JUÍZES E  
PROMOTORES PARANAENSES**

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Fernandes

CURITIBA  
2017

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Professor José Carlos Fernandes, pela generosidade, por acreditar no meu trabalho e pelo apoio durante a produção do TCC.

Aos meus familiares, que criaram condições para que eu pudesse estudar o que eu amo — em especial minha mãe, Rose.

Aos meus amigos, parceiros de tantos projetos da faculdade. Correndo o risco de deixar de nomear alguém neste espaço — inclusive aqueles que conheci fora da graduação —, deixo um agradecimento genérico e a promessa de expressar minha gratidão pessoalmente.

Aos brasileiros e brasileiras que, mesmo não podendo frequentar uma universidade pública, pagaram para que eu tivesse a oportunidade de estudar nesse espaço.

## RESUMO

Em 1.º de abril de 2016 um grupo de cinco profissionais da imprensa compareciam a uma audiência em Assis Chateaubriand, na Costa Oeste do Paraná. Aquele era o primeiro encontro com magistrados – outros 47 ainda seriam agendados — que estavam processando os funcionários do jornal Gazeta do Povo. A razão era a produção de reportagens sobre os salários da categoria. No entanto, não havia erro nas matérias. Até o dia 27 de junho os funcionários do jornal viajarão o Paraná, percorrendo nove mil quilômetros, para responder a essas ações em Juizados Especiais. Do ponto de vista do jornalismo literário, o caso tem todos os elementos de uma boa história que merece ser detalhada, mas com uma tese: existem traços muito fortes de censura em toda a história brasileira. Daí a necessidade de fundamentar teoricamente a reportagem. Esse é o objetivo do presente documento monográfico.

Palavras-Chave: Livro. Jornalismo de personagem. Jornalismo de profundidade. Liberdade de expressão. Jornalismo no Paraná. Gazeta do Povo.

## **ABSTRACT**

On April 1, 2016, a group of five media professionals attended an audience in Assis Chateaubriand, on the West Coast of Paraná. That was the first meeting with magistrates — another 47 would still be scheduled – that were suing Gazeta do Povo. The reason was a series of news about the category salaries. There was, however, no error in them. Until June 27, they would travel through Paraná, covering nine thousand kilometers, in order to respond to these actions in Special Courts. At the view point of literary journalism, this case covers all the elements of a good story that deserves to be told in-depth, but with a thesis: there are a lot of censorship aspects throughout the brazilian history. In this rests the need to theoretically base the story. That is the purpose of this work.

Keywords: Book. Character Journalism. New Journalism. Freedom of Expression. Paraná Journalism. Gazeta do Povo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2</b>	<b>ESTADO, JUSTIÇA E LIBERDADE DE IMPRENSA: ANOTAÇÕES</b> .....	8
2.1	ORIGENS DA CENSURA E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO ....	9
2.2.1	<b>Ditadura militar de 1964</b> .....	14
2.3	DEMOCRACIA E CENSURA .....	15
<b>3</b>	<b>A GAZETA DO POVO</b> .....	20
3.1	A GAZETA DO POVO E A JUSTIÇA .....	23
<b>4</b>	<b>JORNALISMO LITERÁRIO</b> .....	25
4.1	JORNALISMO LITERÁRIO NO BRASIL .....	27
<b>5</b>	<b>PRODUTO</b> .....	31
5.1	CARACTERÍSTICAS .....	32
5.2	CAPÍTULOS .....	32
5.3	MERCADO .....	33
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	35
	APÊNDICE 1 – ENTREVISTA EUCLIDES GARCIA .....	38
	APÊNDICE 2 – ENTREVISTA EVANDRO BALMANT .....	44
	APÊNDICE 3 – ENTREVISTA FRANCISCO DE SOUZA .....	56
	APÊNDICE 4 – ENTREVISTA ROGÉRIO GALINDO .....	65
	APÊNDICE 5 – ENTREVISTA GUILHERME STORCK .....	74

## 1 INTRODUÇÃO

Este documento monográfico discorre sobre uma disputa entre juízes, promotores e profissionais da imprensa ocorrida em 2016. Na ocasião, cinco funcionários do jornal *Gazeta do Povo* sofreram 48 processos movidos por magistrados do Paraná. O grupo se dizia ofendido com uma série de reportagens sobre salários de juízes e promotores. Os valores, somados benefícios, retroativos, entre outras coisas, ultrapassavam o teto constitucional, de R\$ 30.471,10 mensais. O processo a ser pago pela *Gazeta do Povo* somaria R\$ 1.594.200, sem contar as ações que ainda poderiam ser movidas. Em decorrência desses processos, os profissionais de imprensa tiveram de viajar nove mil quilômetros durante mais de dois meses.

Pelos debates em torno da questão da liberdade de imprensa que o fato pode suscitar, propôs-se a elaboração de um livro-reportagem que abordasse a fundo questões como a elaboração da pauta dessa série de reportagens, assim como a maneira de sua execução. A ideia foi também contar como jornalistas lidaram com as ações movidas contra eles e contextualizar esse fato historicamente, mostrando outros casos de tentativa de censura durante a história do Brasil. Além de evidenciar como o episódio se encaixa na história da centenária *Gazeta do Povo* e da imprensa no Paraná.

Para isso, foi necessário primeiramente fazer uma pesquisa bibliográfica sobre a formação do Estado brasileiro e a formação da imprensa. A ideia era ter base para traçar um paralelo entre a atuação dos governos a favor da censura, e como isso influenciou os jornais e a formação cultural do brasileiro. Na primeira fase do trabalho, foi também preciso ler sobre imprensa no Paraná, para traçar paralelos entre a série dos magistrados, os profissionais da casa e a história da *Gazeta do Povo*.

Posteriormente, teve-se contato com obras a respeito de jornalismo literário, jornalismo e política e sobre livro-reportagem. Entrevistou-se em profundidade os principais envolvidos no caso e se ouviu personagens secundários. As falas dos protagonistas foram todas degravadas para daí se estabelecer uma narrativa, encontrando os pontos de contato e dissonância.

A hipótese era de que a "ação orquestrada" dos juízes e promotores fora possível graças a uma cultura da censura. Ao longo de cerca de 200 anos de

atuação da imprensa no Brasil, embora muitas vezes o discurso da liberdade de expressão tenha sido defendido por todos, na prática diferentes segmentos da sociedade civil se sentiram no direito de atacar a imprensa e jornalistas, quando os veículos os incomodavam. Em especial a classe dos magistrados, que tem um perfil muito parecido entre si: pessoas de alto poder aquisitivo, do sexo masculino e brancas.

Contar o caso dos magistrados contra os profissionais da imprensa é justificável porque esse é um exemplo — opinião compartilhada por entidades de imprensa e jornais — de tentativa de coerção do trabalho jornalístico em plena democracia. Em nenhum processo juízes e promotores questionaram a veracidade dos dados das matérias, feitas com informações públicas, disponibilizadas via Portais da Transparência.

Foi um momento em que a imprensa no Paraná, conhecida por ser alinhada ao poder — salvo algumas exceções — ganhou projeção nacional por defender a livre informação. O caso também aconteceu quando a Gazeta do Povo, então abalada com mudanças editoriais e em suas plataformas, não produzia reportagens de folego como no final da década de 2000. Além disso, a coerção aos profissionais do jornal aconteceu num momento de extrema judicialização do país.

Na primeira fase da pesquisa, sobre o Brasil colonial e a época do Império foi essencial a obra de Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livros proibidos, ideias malditas*, que fala sobre o costume de queimar livros heréticos em Portugal, o que para ela influenciou a colônia e sua relação com a liberdade de imprensa. Posteriormente, o livro *Cães de guarda*, de Beatriz Kushnir ajudou a entender o lugar da censura na ditadura civil-militar e na democracia. Já a obra Eugenio Bucci contribuiu para o entendimento do jornalismo contemporâneo. Foram lidos, entre outros, *O Estado de Narciso* e *Sobre ética e imprensa*.

A parte que diz respeito a história da Gazeta do Povo teve um grande guia, o livro *Todo dia nunca é igual*, escrito por José Carlos Fernandes e Marcio Renato dos Santos. Publicado pela própria editora do jornal, a obra tem um tom de poucas críticas ao jornal. Essa lacuna foi preenchida com entrevistas e conversas informais com jornalistas paranaenses que tiveram passagem pela Gazeta do Povo.

Em relação ao método de trabalho, foi essencial a leitura de livros como *Jornalismo literário*, de Felipe Pena, e a obra homônima de Gustavo de Castro, além de *Livro-reportagem*, de Eduardo Belo. Essenciais também foram os prefácios que



acompanham as edições da Companhia das letras para Hiroshima, de John Hersey, e A sangue frio, de Truman Capote. Ambos deram uma noção maior do gênero jornalismo literário e suas particularidades.

O resultado desse trabalho foi um livro-reportagem digital chamado Sobre a Justiça e os pastéis. O produto é dividido em cinco capítulos e os personagens principais são apresentados no desenrolar do texto. O primeiro capítulo apresenta o caso dos processos, o segundo conta outros casos históricos de intimidação de jornalistas e o terceiro aborda a história da Gazeta do Povo. O quarto capítulo conta as histórias das viagens e o último dá um panorama do Brasil de 2017, mencionando os casos recentes de intimidação, envolvendo grupos da sociedade civil e políticos. Além de falar sobre a questão da intimidação ao jornalista em tempos atuais.

Esse documento monográfico caracteriza a fundamentação teórica que embasa a produção do livro-reportagem explicado no parágrafo acima. É o momento de entendimento e pesquisa sobre o tema por meio dos seguintes aspectos: Estado, Justiça e liberdade de imprensa (capítulo 2), em que se tenta entender o lugar do discurso e das práticas do Estado, dos jornais e da sociedade civil relacionadas à livre expressão; a imprensa paranaense, em especial a Gazeta do Povo (capítulo 3); aspectos do jornalismo literário e o lugar do livro-reportagem no fazer jornalístico (capítulo 4), em que se tenta entender as características essenciais ao gênero para a produção de um livro proposto neste documento monográfico; apresentação do produção (capítulo 5), em que se detalha a obra resultante da pesquisa apresentada e o fazer jornalístico proposto. É nesse capítulo que também se fala do mercado editorial e do e-book para o público leitor.

## 2 ESTADO, JUSTIÇA E LIBERDADE DE IMPRENSA: ANOTAÇÕES

A liberdade de expressão no Brasil percorre um caminho tortuoso. Há exemplos ao longo da história que indicam uma formação cultural em que estão sempre presentes a tentativa de silenciar manifestações culturais e jornalísticas — da formação do Império à democracia pós-golpe civil-militar de 1964.

O período da ditadura, segundo Beatriz Kushnir (2004), é o último grande episódio de censura promovido pelo governo. Mas a tentativa de tolher a liberdade de expressão vai além da atuação do Estado. Está presente em diversos segmentos da sociedade. A questão da mentalidade censória é defendida por Alberto Carlos de Almeida (2007), que prova, através de uma pesquisa que ele aplicou para a produção do livro *A cabeça do brasileiro*, que a liberdade de expressão tem a rejeição de  $\frac{1}{3}$  da população.

É um número que varia, em especial nos momentos de crise política e financeira, como é o caso de 2017, em que 56% dos eleitores concordam com a noção de que a democracia é sempre melhor do que outras formas de governo — mas em dezembro de 2014 esse apoio era de 66%. A pesquisa é do Datafolha, que também mostra que 21% dos eleitores concordam com a ideia de que em certas circunstâncias uma ditadura é melhor do que um regime democrático (BALTHAZAR, 2017).

Mas o direito à informação, em teoria, é uma garantia. Não só no Brasil como em todas as democracias. Está na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que estabelece, no artigo 19, o direito à liberdade de opinião e expressão. No Brasil, a Constituição Federal, artigo 5 reforça a liberdade de expressão ao assegurar, entre outras coisas, que “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça” como valores supremos da sociedade. O inciso XIV ainda garante o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte.

Pode-se afirmar que a associação entre direito à informação e democracia é uma constante entre estudiosos. Bucci diz que sem informação o debate público pelo qual se formam as opiniões entre os cidadãos se torna viciado. Por isso, a imprensa precisa ser forte, independente e atuante (2000, p. 33). Mas o que se viu ao longo da história foram justamente tentativas de viciar o debate para manter privilégios. Para isso, tolheu-se diversas vezes o acesso à informação.

Carneiro (2002) identifica e divide a atuação da censura em diferentes categorias: a censura exógena articulada pelo Estado, autocensura, censura preventiva e censura punitiva. Uma não exclui a outra, elas na verdade se complementam e interagem entre si. Kushnir (2004, p. 83) afirma que a ato censório promovido pelo Estado ainda podem ser divididos em duas frentes: a preventiva e a repressiva. Uma anterior ao evento e outra como punição.

## 2.1 ORIGENS DA CENSURA E A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A censura permeia parte significativa da formação do Estado brasileiro, por vezes de maneira sutil, outras escancarada. De acordo com Kushnir (2004), a restrição do livre pensamento está relacionada à formação da República, como uma forma de “impor um determinado contorno ao cidadão ideal” (2004, p. 35). Carneiro (2002), por outro lado, vê o fato do país ter sido colonizado por Portugal — uma nação tradicionalmente censória, devido a, entre outras coisas, influência da Igreja Católica —, como decisivo para a censura em terras brasileiras.

Em Portugal, antes mesmo da Santa Inquisição (1536) — espécie de tribunal católico criado durante a Idade Média que perseguia aqueles contrários aos dogmas da Igreja —, observa-se por parte do Estado a preocupação em cercear ideias consideradas perigosas ao regime. Prova disso é que em 18 de agosto de 1451 um alvará de Rei Afonso V mandava “queimar livros falsos e heréticos” (CARNEIRO, 2002, p. 37).

A partir de 1548 a censura fica mais rígida, migrando diretamente para a produção das obras. O Inquisidor Geral e cardeal d. Henrique nomeou uma comissão que, além de examinar todas as obras de Lisboa e aquelas vindas de fora, deveria conferir e eventualmente censurar os livros antes de sua impressão. O dramaturgo Gil Vicente, por exemplo — um dos nomes fundamentais da literatura em língua portuguesa, autor de *Auto da Barca do Inferno*, entre outros — foi um dos primeiros a sofrer com a medida. A lista divulgada em 1547, uma das primeiras da história, já colocava seu nome (CARNEIRO, 2002, p. 37).

Para Lustosa (2000, p. 65), a censura em Portugal vai se refletir no Brasil porque tudo que era distribuído em terras brasileiras vinha do país colonizador. Não existiam iniciativas oficiais de impressão no Brasil e as poucas tentativas de se estabelecerem tipografias no país colonizado esbarraram nas autoridades

portuguesas. Durante o governo de Francisco de Castro Morais, por exemplo, um negociante tentou imprimir letras de câmbio e orações devotas. Mas a Carta Régia de 8 de junho de 1706 mandou recolher materiais do gênero e notificar os donos de gráfica para que não imprimissem livros e papéis avulsos (RIZZINI apud LUSTOSA, 2000, p. 66).

Quando a Família Real deixa Portugal e se estabelece no Brasil, em 1808, o cenário muda. O país colonizado passa a ter os primeiros consumidores de arte e literatura, justamente integrantes do governo. A realeza dá início a primeira tipografia oficial do Brasil. Mantém-se a censura, já que tudo que era impresso oficialmente no país passava por esse maquinário do governo (LUSTOSA 2000, p. 68).

A tipografia foi possível graças a Antonio de Araújo, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de d. João VI, que trouxe no porão do navio da Família Real o maquinário. A administração da Imprensa Régia era feita por integrantes do governo. Eles deviam “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, contra o governo e os bons costumes” (LUSTOSA, 2000, p. 68).

No dia 10 de setembro de 1808, a Imprensa Régia começou a imprimir a Gazeta do Rio de Janeiro — uma versão adaptada da Gazeta de Lisboa, periódico que, em sua maior parte, traduzia artigos publicados na imprensa mais conservadora europeia. D. João VI lia todo o conteúdo traduzido antes de mandar para a gráfica. Os textos eram ainda revisados pelo conde de Linhares (LUSTOSA, 2000, p. 68).

A Gazeta do Rio de Janeiro era redigida num ambiente que lembrava uma redação com repartição pública e claustro. Um grande número de funcionários públicos e padres faziam o jornal. Era um empreendimento particular — seus donos eram oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros —, mas funcionava na secretaria do governo (LUSTOSA, 2000, p. 71).

Três meses antes da fundação da Gazeta do Rio de Janeiro, o jornal Correio Braziliense já funcionava. O periódico pertencia ao português Hipólito José da Costa Pereira, figura central na fundação da imprensa brasileira e única voz dissonante da época - já que, entre 1808 e 1821, os outros impressos eram censurados (SILVA, 1991, p. 71).

Durante 13 anos, o *Correio* foi o único jornal realmente informativo porque criticava abertamente o governo. Seu dono tinha cidadania inglesa e, por isso, imunidade contra as tentativas da Coroa portuguesa de limitar suas críticas. Hipólito era contrário ao poder absoluto, que, na sua visão, aniquilava o público. “Onde não havia público ou Constituição, não havia pátria nem nação”, dizia. Era um monarquista constitucional do tipo britânico, avesso às tendências democráticas herdadas da Revolução Francesa (LUSTOSA, 2000, p. 75).

Hipólito viajou aos EUA e conheceu a imprensa de lá. Falava em seus diários sobre um costume do país de difamar desafetos na imprensa. Hipólito dizia que até ministros e funcionários do Estado quando eram demitidos colocavam toda informação que sabiam nos jornais. E não havia castigo legal para isso. Surpreendia-se com a impunidade. Para Silva, essa atitude de indignação diante do costume de criticar o outro nos jornais, de certa forma, serviu como modelo para gerações posteriores (SILVA, 1991, p. 72).

Candido (1962) fala que Hipólito também foi decisivo para a imprensa brasileira, pelo estilo de texto que adotou no *Correio Braziliense*, que era diferente de qualquer redação produzida no Brasil. O jornalista adotava uma linguagem mais acessível e, conseqüentemente, era mais democrático.

Hipólito foi o primeiro brasileiro a usar uma prosa moderna, clara, vibrante e concisa, cheia de pensamento, tão despojada de elementos acessórios, que veio até nós intacta, fresca e bela, mais atual que a maioria da que nos legou o século XIX e o primeiro quarto deste. Foi o maior jornalista que o Brasil teve, o único cuja obra se lê toda hoje com interesse e proveito, foi um escritor e um homem de pensamento, exprimindo melhor que ninguém os temas centrais da nossa época das luzes. (CANDIDO, 1962, p. 254)

A partir do momento em que os jornais se tornam mais independentes, em 1821, já surgem os defensores da censura prévia na própria imprensa. Era o caso de José da Silva Lisboa (Cairu), dono do *O Conciliador do Reino Unido*. Cairu comparava a liberdade civil e de imprensa ao vinho: fazia mal a quem tinha a cabeça fraca. Ele chamava a liberdade de imprensa de “mania do século”, como se fosse algo ruim e dizia que havia um movimento que queria transformar a tipografia em “maquinário infernal”, voltada para “explosões revolucionárias” (LUSTOSA, 2000, p. 110).

Em face da imprensa exaltada, a existência de um freio legal, isto é, de um processo eficaz de responsabilidade, não evita, mas forçosamente atenua a violência... Se cruzarmos os braços diante do jornalismo imoderado, aceitando paciente fatalismo, caímos num círculo vicioso, porque a imprensa virulenta influi sobre o espírito público, perturba a difusão de uma cultura equilibrada, estorva a existência de políticos serenos. Para elevar o espírito público, por causa da boa imprensa, é preciso criar medidas que ajam sobre o jornalismo agressivo, esforçando-se por lhe dar a possível moderação [...] (LIMA SOBRINHO apud SILVA, 1991, p. 97)

Além de Hipólito, outra figura importante era José Joaquim da Rocha. De fato, ambos comandavam jornais e acreditavam no papel da imprensa como transformadora da sociedade. Tornaram-se personagens centrais no processo de independência (CANDIDO apud LUSTOSA, 2000, p. 30).

Candido (apud LUSTOSA, 2000, p. 33) afirma que esse processo vai influenciar na dinâmica da sociedade e da imprensa. No período colonial, os intelectuais — que eram aqueles que se envolviam com a imprensa — tinham como foco a discussão das artes. Durante a independência eles dão uma guinada política. Consequentemente, os jornais começam a ficar mais críticos. Carneiro (2002, p. 42) diz que a liberação do acesso aos livros, durante o Brasil Império é que foi decisiva para a livre expressão. Porque a partir disso as ideias começaram a circular mais e para um público maior, o que refletiu na imprensa.

De fato, a imprensa como monopólio do Estado chega ao fim quando surge o Brasil Império. Neves afirma que foi a partir de então que o debate saiu da esfera privada e foi para a praça pública, em cafés e livrarias. “Mas o Estado, avesso a mudanças, impôs um ‘silêncio perverso’, defendendo a manutenção das práticas da censura e repressão” (NEVES apud CARNEIRO, 2002, p. 22). Uma cultura censória permanece na lógica do Estado. Se antes havia a influência incisiva da Igreja sobre as ações censórias, agora ela passa a atuar em segundo plano. Permanece a cultura da censura, a valorização da moral cristã e das tradições europeias (CARNEIRO, 2002, p. 45).

Entre 1822 e 1937, a legislação muda. Torna-se por vezes mais censória, em outros momentos mais afinada com as liberdades individuais. Mas a mentalidade de que é possível calar a imprensa é uma constante na sociedade civil. Jorge (1990) ilustra a pouca afeição das pessoas com a imprensa contando inúmeros casos que vão da intimidação verbal ao assassinato, em diversos períodos históricos.

Em 1880, por exemplo, o jornalista Apulco de Castro, que escrevia no diário carioca O Corsário, foi atacado por quatro homens enquanto viajava de carro. O grupo foi identificado como militar. A suspeita é que estavam a mando de um oficial da alta patente (JORGE, 1990, p. 39). Era comum Apulco de Castro ter pessoas descontentes com ele, que não poupava a pena em suas críticas a quem quer que fosse.

Mesmo após a promulgação da constituição republicana, em 1891, para o Estado e sociedade civil a lógica do cerceamento de ideias continua, como relata JORGE (1990). Em 1898, sete anos depois do surgimento da República já surgia a 2.<sup>a</sup> Delegacia Auxiliar, que inspecionava espetáculos públicos (KUSHNIR, 2004, p. 35).

Essa delegacia atuava sobre espetáculos em exibição. Mas a primeira vez que a censura prévia surge na legislação é em 1920, com decreto n.º 14.529. O foco era o teatro por causa das influências sobre os costumes que se acreditava que essa arte podia exercer. Em 1924, a repressão é reforçada como política de estado a partir da criação de um cargo exclusivo para censura. Até então, a função era exercida por um policial, que tinha de dividir seu tempo com outros afazeres da profissão (KUSHNIR, 2004, p. 87). Esse mesmo cargo vai ser exercido até por intelectuais e jornalistas, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (KUSHNIR, 2004, p. 35).

Pouco tempo depois ocorre a Revolução de 1930, capitaneada pela Aliança Liberal, que pôs fim à República Velha. Mas, apesar do nome, a articulação que derrubou o presidente da república Washington Luís não propôs ideias liberais. Existia nos meios revolucionários a expectativa da extinção da censura. Mas a Plataforma da Aliança Liberal pregava que a anistia seria incompleta, sem a revogação de leis compressoras da liberdade do pensamento (CARNEIRO, 2002, p. 46).

Esse engano ou o ludíbrio da imprensa em nossos países chamados democráticos: sustentam na teoria uma liberdade praticamente ilimitada, uma equivalência de oportunidade a todos as prédicas; em vez de condicioná-las segundo o maior ou menor serviço prestado ao Bem Comum, tabelam-nas pela maior ou menor conveniência do bem particular do dono do jornal... A liberdade comporta o debate para esclarecer a verdade, não o uso do debate para encobri-la pela confusão (LACERDA apud SILVA, 1991, p. 98).

Com a promulgação da nova Constituição, em 1934, a legislação passa a

abarcam a questão da guerra. O artigo 113, item 9, diz que não seria tolerada propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política e social. Com a Intentona Comunista — tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas feito 1935 — o clima de repressão só aumentou. Foram decretados estado de sítio e censura à imprensa, que posteriormente foi admitida constitucionalmente, em 1937 (CARNEIRO, 2002, p. 47).

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi uma repartição que tratou de intensificar a lógica da censura, que permeou mesmo após o fim do Estado Novo, em 1945. O decreto nº 20.493 reestruturou o serviço de censura, com um conjunto de artigos que orientava sobre o que devia ou não ser permitido em espetáculos, programação de rádio, TV, cinema, teatro e música. Em pauta: os bons costumes. No ano seguinte, o presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), eleito pelo povo, refez uma legislação invasiva e centralizadora (KUSHNIR, 2004, p. 95).

### **2.2.1 Ditadura civil-militar de 1964**

O regime militar foi implantado 1964 e estabeleceu uma forma de governo ainda mais autoritária. No entanto, mantinha não só o discurso democrático, mas também laços diplomáticos e comerciais com a democracia norte-americana. É também dessa época a lógica da acumulação monopolista de capital, associado fortemente à modernidade (SILVA, 1991, p. 90).

Silva afirma que essa contradição às vezes era sutil, outras escandalosa. O texto da lei de imprensa de 1967, por exemplo, afirmava em seu artigo primeiro com ênfase que “é livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informação ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura”. Mas no parágrafo seguinte dizia que “não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceito de raça ou classe” (SILVA, 1991, p. 91).

A contradição saía do âmbito estatal e se refletia na sociedade civil. O político Ulysses Guimarães, por exemplo, sempre fez oposição ao regime militar e sua truculência. Mas quando foi presidente da República de maneira provisória mandou apreender cartazes da Central Única dos Trabalhadores por exporem a opinião



daquela entidade sobre alguns congressistas. Tudo sob o silêncio aprovador de outros políticos (SILVA, 1991, p. 91).

Convivem nas fronteiras do país (ou pior, nas fronteiras de cada Estado, quando não de cada cidade): pós-moderno e o pré-histórico, o movimento gay e o hábito de surrar a mulher em casa. Os dois relógios de Schwartz giram em conjunto marcando horários diversos. Mas o jornal tem de ser pontual com ambos. O que escandaliza um setor dessa sociedade extremamente desuniforme pode ser considerado conservador por outro segmento. A liberdade de imprensa, defendida por quase todos, vive esbarrando nos interesses de corporações, do Estado, da moral e encontra inimigos velados de todos os matizes (SILVA, 1991, p. 92).

A prática do Estado em relação às liberdades individuais era oposta a relação com o capital. Havia um afinamento com empresas multinacionais, enquanto as pessoas perdiam cada vez mais direitos. Os atos institucionais e a constituição de 1969 intensificaram essa relação oposta com esses setores da sociedade. Além de criarem uma “comunidade de informações”, que implicou em agentes do governo acionados para produzir e centralizar informações que deveriam alimentar a ação de órgãos de inteligência militares, como o Serviço Nacional de Informações (SNI). Em foco, continuavam os artistas, intelectuais, professores universitários, editoras e livrarias (CARNEIRO, 2002, p. 67).

Em 1968 surgiu uma lei (n.º 5.536), editada pelo então ministro da Justiça, Gama e Silva, que estabeleceu novas regras de censura ao teatro e cinema. A medida refez planos de carreira e estipulou que para exercer o cargo de censor era preciso ter diploma universitário.

Menos de um ano depois, em outubro de 1969, o decreto-lei 972 regulou o exercício da profissão de jornalista — no artigo 7 dizia não existir incompatibilidade entre a profissão e qualquer outra atividade, inclusive em cargos públicos. Isso abriu uma brecha para que muitos jornalistas também fossem censores (KUSHNIR, 2004). Algo contraditório, para Bucci (2000, p. 49), que vê o profissional de imprensa como “um democrata por definição”. Já Kushnir (2004, p. 39) afirma que a imagem do jornalismo combativo que grandes jornais adquiriram — a exemplo do Estado de S. Paulo, que publicava poemas ou deixava espaços em branco — era mais mítica que real. Prova disso é essa dupla função exercida por muitos profissionais.

## 2.3 DEMOCRACIA E CENSURA

Mesmo a partir da abertura democrática, na década de 1980, em que a sociedade clamava pelo fim da ditadura civil-militar, é possível encontrar traços da mentalidade censória, fazendo com que a própria sociedade civil entrasse, de certo modo, em conflito com jornalismo, já que, como diz Bucci, para essa profissional não há a possibilidade de existência sem a democracia.

O jornalismo só faz sentido na democracia, na observância dos direitos humanos, numa sociedade que cultive a pluralidade e as diferenças de opinião. Na defesa desses temas, o jornalista nunca é isento, neutro e equânime, mas é sempre um militante. O jornalista é democrata por definição — pelos próprios pressupostos institucionais que alicerçam o ofício. Quem não é democrata não pode ser jornalista. [...] O efeito político do bom jornalismo é o fortalecimento da democracia: esta é sua causa nobre. Por isso, o jornalismo é, ou deve ser, ou deve-se esperar que seja, um fator de educação permanente do público — um fator de combate aos preconceitos, sejam eles quais forem (BUCCI, 2000, p. 49).

Um exemplo de como a mentalidade censória estava presente mesmo no período da abertura democrática pode ser encontrado em dia 25 de janeiro de 1984. Na ocasião, o Jornal Nacional mostrou cenas de uma manifestação pública na praça da Sé, em São Paulo. O programa disse que aquilo acontecia por causa da comemoração do aniversário da cidade. Na verdade, tratava-se da exigência de eleições diretas para a Presidência da República (BUCCI, 2000, p. 34). Para Bucci, a situação ilustra como a lógica censória, num país avesso a democracias, pode chegar até na imprensa. Mas na sociedade civil ela continua mais evidente.

Em 1986, a Folha de S. Paulo revelou que o governo brasileiro tinha uma base secreta na Serra do Cachimbo para experimentos nucleares e em 1988 o jornal mostrou que a reitoria da Universidade de São Paulo tinha uma lista de professores considerados improdutivos. Nas duas situações o diário paulistano recebeu ataques de pessoas e instituições que achavam errado publicar assuntos de “interesse nacional” ou informações que pudessem colocar em risco uma “corporação respeitável” (SILVA, 1991, p. 90).

Merril e Odell dizem que o jornalismo de um país reflete a filosofia política na qual ele opera. O exercício dessa profissão não pode exceder os próprios limites da sociedade. Logo, se se vive numa sociedade pouco acostumada ao discurso democrático, a sociedade civil agirá em consonância ao que é dado a ela. O

contexto político-social, assim, determina o seu jornalismo. E se o jornalismo funciona de acordo com essa ideologia nacional, é considerado socialmente responsável” (MERRIL, ODELL apud SILVA, 1991, p. 92)

Silva afirma que a liberdade como valor “irresponsável” é uma constante na justificativa para se censura. “As instituições defendem a liberdade de imprensa, até que as atinjam — então o posicionamento é outro. Sob o viés de que se deve ser responsável, censura-se a imprensa (Ibid, 1991, p.92). Soifder compara essa visão à sociedade estadunidense. Nos EUA, o discurso de que a imprensa deve ser responsável dá lugar à lógica do individualismo americano, que está na base da fundação daquela nação. Todos têm o direito de se informar e de informar, independentemente do aspecto responsável do que se diz (SOIFDER apud SILVA, 1991, p.92). No Brasil, por outro lado, qualquer traço de individualismo recebe condenações. “É culturalmente natural que a liberdade de expressão não encontre o mesmo respaldo enquanto conceito essencial, apesar de ser encarada como um valor positivo” (SILVA, 1991, p. 92).

Com a constituição de 1988, a relação referente aos meios de comunicação e a classe política se tornaram nebulosas. O artigo 54 do capítulo V, por exemplo, impede que senadores e deputados mantenham contratos com empresas concessionárias de serviço público — o que inclui emissoras de rádio e televisão. A medida foi criada justamente para evitar que esses serviços que são concessão pública deixassem de ser algo benéfico para a sociedade e se convertessem em serviço para finalidade de promoção de interesses particulares (BUCCI, 2015. p.97).

No entanto, o que acontece é exatamente esse alinhamento de interesses. Frequentemente os mesmos políticos responsáveis por examinar as concessões de frequências de radiodifusão para empresas particulares são donos dessas empresas. E que já se elegem graças aos mecanismos de uma emissora, geralmente administrada pela própria família. Nos últimos anos, uma nova categoria tem integrado esse grupo de políticos que não vê problemas em se conceder uma frequência de radiodifusão: os líderes de organizações religiosas (BUCCI, 2015, p. 98).

O grupo de neopentecostais é um que visivelmente tem se entranhado na política e em concessões públicas. Quando em 2007, a jornalista da Folha de S. Paulo Elvira Lobato fez uma matéria sobre os 30 anos da Igreja Universal do Reino de Deus era exatamente esse o enfoque que ela quis dar. A reportagem levantava o

patrimônio empresarial de dirigentes da instituição. Uma visão estritamente econômica da Igreja — que possuía até então, em nome de seus líderes, 40 estações de rádio e 23 emissoras de TV (LOBATO, 2017).

Lobato estava fazendo aquilo que Bucci defende como um dos papéis do jornalismo: publicar aquilo que os outros querem esconder, tornar pública uma informação que afeta a vida do cidadão. “A notícia tem vítima: aquele que perde com a divulgação dos fatos. A razão de ser de um repórter é o direito à informação, o qual pertence ao cidadão” (BUCCI, 2000, p. 42).

Não era assunto novo para a repórter, que cobria o ramo das telecomunicações e radiodifusão desde 1992. Lobato viu a Universal ser a primeira Igreja a comprar uma emissora de TV e acompanhou sua expansão pela mídia. Quando a Folha de S. Paulo pediu para que escrevesse sobre a instituição, dois meses antes, ela já tinha um extenso arquivo sobre o assunto (LOBATO, 2017).

Uma reportagem de 14 minutos foi exibida na TV Record sobre como “evangélicos haviam descoberto na Justiça uma arma contra o preconceito religioso”. A matéria informava que eram 111 processos de fiéis e pastores por danos morais — que pediam valores entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil —, ajuizadas em diversas cidades e diferentes estados (LOBATO, 2017). O caso era apresentado na emissora do dono da Igreja, uma concessão pública, cujos líderes tem representantes no legislativo de diversas cidades e hoje até no Executivo.

Elas [as emissoras de rádio e televisão] regem pelos interesses imediatos - familiares, políticos religiosos ou comerciais - de seus donos ou dirigentes. Os cânones do jornalismo objetivo não vêm sendo cultuados pela maioria dos seus proprietários. No campo da radiodifusão, a comunicação social é vista em primeiro lugar como trampolim para ambições particulares, em segundo lugar, como um negócio - ou como fachada legal para negócios nem tão legais assim -, e apenas em terceiro lugar como função social (BUCCI, 2008, p. 28).

A jornalista da Folha de S. Paulo, na visão de parte dos frequentadores da Universal que viram a matéria ou ficaram sabendo do caso em outras situações — inclusive pelo jornal impresso da instituição —, havia ofendido a fé do grupo. Os processos eram praticamente iguais e sem nenhuma contestação a respeito das informações do texto publicado no jornal. Por causa da quantidade de processos, num mesmo dia, Elvira chegou a ter de comparecer a oito audiências. Dez anos depois, todas as sentenças haviam sido favoráveis à jornalista e à Folha — restava

apenas uma ação no Juizado Especial de Santa Maria da Vitória, na Bahia (LOBATO, 2017).

Esse caso ganhou grande repercussão pela quantidade de processos, mas não foi o único movido por grupos. Também em 2008, o jornal *A Tarde* e seu repórter Valmar Hupssel Filho, de Salvador, passaram a responder a 40 ações de fiéis da Universal em vários Estados — embora a publicação só circulasse na Bahia. O fluminense *Extra*, das Organizações Globo, teve pelo menos cinco processos contra o jornal, seu diretor de redação, Bruno Thys, e a jornalista Gabriela Moreira (LEAL, 2008).

Fora da briga da Universal, o ex-colunista do jornal *O Dia*, Cláudio Humberto, em 2003, foi alvo de 1.120 processos. Todos movidos por policiais de uma associação de PMs e Bombeiros do Rio. Cláudio publicara uma piada sugerindo que os profissionais do Estado eram bandidos. Em 1997, a *TV Globo* teve de responder a 132 ações movidas também por policiais. Dessa vez, diziam-se ofendidos com o humorístico *Casseta & Planeta*. O programa apresentara um quadro ironizando o grupo, que na época estaria envolvido em agressões a moradores da Favela Naval, em Diadema, São Paulo (LEAL, 2008)

Os processos foram possíveis porque, entre outras coisas, por causa dos Juizados Especiais. Criados em 1995 — Lei 9.099 —, são pequenos tribunais cujo propósito é aproximar o poder jurídico à comunidade. Fazem para isso um processo simplificado e que dispensa o advogado. A prioridade é a conciliação entre ambas as partes. Mas para esses processos correrem em Juizados Especiais a indenização não pode passar R\$ 35,200 (LEÇA, 2012).

### 3 A GAZETA DO POVO

A Gazeta do Povo é um jornal paranaense fundado em 1919. Quando surgiu tinha em torno de 20 funcionários, nos moldes das redações na época. O jornal nasceu de uma parceria entre os advogados Benjamin Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva, em 3 de fevereiro daquele ano. Lins era formado pela Faculdade de Recife quando chegou a Curitiba. De Plácido vinha das Alagoas, para estudar naquela que ficaria consagrada como a capital universitária. Foi aluno da primeira turma de Direito da pioneira Universidade do Paraná, mais tarde UFPR (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 17).

Juntos idealizaram o jornal no escritório de Benjamin Lins, na Alameda Dr. Muricy, 95. Foi nesse endereço que a Gazeta passou a funcionar. Até que em 1927 Lins se desligou do empreendimento. Coube a De Plácido e Silva tocar o jornal, da Rua XV, 53. A Gazeta do Povo mudou de endereço mais uma vez, na mesma via, até passar a funcionar na Praça Carlos Gomes, 4, onde ficou até 2017. De início, a publicação se propôs a defender as causas paranistas, a liberdade econômica e amenizar a cobrança de impostos. Com o tempo, o diário passou a noticiar problemas de saúde pública, segurança, transporte e habitação. Mas, grosso modo, seguia um tom benevolente, com picos e baixas de compromisso com o interesse público (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 22-28).

A Gazeta do Povo seguia os moldes publicistas, aquele em que o espaço editorial serve de tribuna para a defesa das plataformas da empresa. O jornal era o mais lido de Curitiba, de acordo com um anuário de publicidade de 1949. Tinha preferência de 34% dos leitores, enquanto o Diário da Tarde ficava com 24% e O Dia, com 22%. Já os textos de opinião no início apareciam diluídos nas matérias. Paulatinamente, passaram para os editoriais, de forma agressiva e sistemática, debaixo de forte controle do *publisher*. O gênero “jornal de editorial” marcou o perfil da Gazeta até meados da década de 1990, quando, tardiamente, a empresa passa a investir nas grandes reportagens (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 64).

De todas as fases, a mais marcante permanece a iniciada em 1962, quando Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski compram o jornal quase falido de De Plácido e Silva. Nessa época, o jornal falava sobre confusão no trânsito, falta de água, cinemas de rua sem segurança, enchentes sistemáticas, baixa arborização, entre outras coisas (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 88).

A seção de classificados sustentava o jornal, embora existisse o boato de que a publicação não estava na melhor fase. Quando a dupla Lemanski e Cunha Pereira Filho compra o jornal, ela melhora a negociação de anúncios, tendo a colaboração de Rogério Florenzano, que viria a se tornar um dos publicitários mais bem pagos do Paraná. Lemanski — então à frente do Banco Comercial — entrou com maior parte do dinheiro. O segundo com o prestígio. Plácido e Silva, já idoso e com dificuldades para gerir o caixa, fez negócio, dizem, na esperança de retomar a publicação em pouco tempo. Não aconteceu. Pelo contrário, a dupla foi tão bem-sucedida que no final daquela década compraria o Canal 12. Nos anos 1970, ganhariam a concessão da Rede Globo (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 64).

Mas a *Gazeta* era sobretudo a persona de Cunha Pereira. Ele controlava toda a área editorial, ao contrário de seu concorrente, o empresário Paulo Pimentel, dono do Canal 4, e dos jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*. Pimentel delegava as funções editoriais ao jornalista Mussa José de Assis, cuja carreira tinha ecos nos jornais *Última Hora* e *O Estado de S. Paulo*. Além de estar à frente da redação, Cunha Pereira tinha outra particularidade: na contramão da cultura jornalística, gostava de boas notícias. Nos mais de 40 anos à frente do jornal, apoiou manchetes tais como safras recordes de café e investimentos industriais de qualquer sorte (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 152).

Cunha Pereira fez do periódico uma ferramenta de campanhas cívicas. Usou as páginas do jornal para lutar por gasodutos, ferrovias, alternativas de energia, aeroportos e, em especial, pelos *royalties* da Usina de Itaipu, em compensação pelas terras férteis do Paraná alagadas pelo empreendimento. Insistia na cobertura de um assunto e atuava nos bastidores para concretizar uma causa. Foi assim do combate perene à miséria até a escolha do Prédio Histórico da UFPR como símbolo da cidade, uma de suas últimas moções antes de adoecer e se retirar, em 2004. Morreu em março de 2009, sendo velado, como chefe de estado, no hall da instituição que amou, a UFPR (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 212-216).

A partir de meados do início dos anos 1990, entra para a redação a filha de Cunha Pereira, Ana Amélia Cunha Pereira Filizola, jornalista formada pela UFPR. Nessa época, a edição dominical ultrapassava 120 mil exemplares, o equivalente a 600 mil leitores, e pesava 3,5 quilos cada exemplar, a maior parte em classificados. Havia êxito financeiro, mas o sucesso não duraria se o jornal não se remodelasse editorialmente. A partir de meados dos anos 1990, com a ressaca anunciada de que

a internet, assim que progredisse, arruinaria o setor de classificados, a publicação começou a receber um investimento pesado na cobertura local e ampliou sua equipe de colaboradores, que só aumentou. Em 2010, todas as áreas do jornal somavam 850 pessoas (FERNANDES e SANTOS, 2010, p. 217).

Foi o ponto alto da era impressa do jornal, que produziu reportagens notáveis, como a *Diários Secretos* (2010) — investigação de fôlego que revelou um esquema de desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa do Paraná —; e a série *Crime sem castigo* (2015) — que mostrou, com base em análise de inquéritos, que 77% dos homicídios cometidos em Curitiba entre 2004 e 2013 estavam sem solução. Além das grandes reportagens envolvendo o poder público e direitos humanos (FÉLIX et al., 2015).

No dia 1.º de dezembro de 2015, a *Gazeta* impressa de sábado deixou de circular, para dar lugar a uma edição de fim de semana. Agora editado num novo formato: do tradicional *standard* passou para o moderno *berliner* — que significava na prática 30% a menos de espaço editorial, limitações gráficas próprias do modelo e a incerteza do apreço dos leitores. Em grupos focais de meses anteriores, eles repudiavam a novidade. Nessa época, a diretoria de redação estava sob comando de Leonardo Mendes Junior (GAZETA DO POVO, 2015).

O jornal ainda extinguiu de vez o diário impresso para dar lugar a uma revista semanal, a partir de 3 de junho de 2017. Adotou a lógica do *mobile first* — voltado à publicação em plataformas móveis, como *smartphones* e *tablets*. O foco passou a ser o modelo de audiência [ainda que tenha implantado uma política de medição de impacto social das matérias] e o índice de leitura medido principalmente pelos cliques (FOLHA DE S. PAULO, 2017). Paralelo, adotou a política de deixar clara sua posição editorial, tida como conservadora: contra sindicatos, pela diminuição do Estado na economia, a favor de ajustes nos direitos trabalhistas, e de reformar no ensino universitário gratuito, contra o aborto, reticências no que chamam de “ideologia de gênero”... Na mesma reforma que criou a revista de fim de semana, a empresa contratou uma série de colunistas de repercussão nacional que reforçam a opinião do jornal, como Rodrigo Constantino e Leandro Narloch, criador da série de livros “guia politicamente incorreto” (GAZETA DO POVO, 2017).

Em agosto de 2017, o jornal passou a funcionar no Aroeira Office Park, na Avenida Victor Ferreira do Amaral, no bairro Tarumã. A *Gazeta do Povo* chegou aos 11 milhões de visitantes únicos em seu site – meta anual batida com um mês de



antecedência. Além de 40 mil assinantes somando online e impresso. O número coloca o jornal entre os quatro mais acessados do país, ao lado da Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo (BESSA, 2017).

### 3.1 A GAZETA DO POVO E A JUSTIÇA

No início de 2016, cinco funcionários do jornal *Gazeta do Povo* sofreram 48 processos movidos por magistrados do Paraná. O grupo se dizia ofendido com uma série de reportagens sobre salários de juízes e promotores. Os valores, somados benefícios, retroativos, entre outras coisas, ultrapassavam o teto constitucional, de R\$ 30.471,10. O processo a ser pago pela Gazeta do Povo somaria R\$1.594.200, sem contar as ações que ainda poderiam ser movidas.

Apesar das matérias dizerem que aquilo não era crime, mas talvez imoral, 48 juízes e promotores argumentaram que os textos eram, entre outras coisas, irresponsáveis. Articularam-se através inicialmente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP) com o objetivo de estabelecer contato com o jornal. Dessa negociação saiu um editorial e um direito de resposta no diário. Posteriormente, a categoria – de maneira articulada, mas, de acordo com um dos juízes em gravação, sem o envolvimento dos órgãos – entrou com processos individuais contra a equipe do jornal e a própria Gazeta. Apesar de clichê, a expressão “ação orquestrada” define o que aconteceu. E o que aconteceu resultou num dos maiores atentados à liberdade de imprensa da história do jornalismo paranaense.

Pelos valores pedidos em indenização, as ações eram feitas em Juizados Especiais, em audiências de conciliação. Ambas as partes têm que comparecer. Do contrário, o processo é extinto ou é dado ganho de causa para quem processa. Isso significa que os jornalistas foram obrigados a comparecer, em dois meses, a número grande de audiências (25) para não dar prejuízo ao jornal. Iam de van, muitas vezes para cidades minúsculas, sem condições de retorno para casa. Rodaram ao todo 9 mil quilômetros, a distância de toda orla brasileira. Ou seja, foi como ir do Oiapoque ao Chuí, parando aqui e ali para falar com juízes.

Na época, jornais e órgãos ligados à imprensa – como a Abraji (Associação de Jornalismo Investigativo) – argumentaram que as ações eram uma articulação dos magistrados para intimidar o trabalho jornalístico. Posteriormente, a tese foi

comprovada. Veio a público um áudio – enviado num grupo de magistrados no aplicativo WhatsApp – em que um promotor recomendava aos colegas que processassem os jornalistas. Um mês depois da primeira audiência, num dos encontros com os juízes, um daqueles que movia o processo falou que os jornalistas iriam “conhecer o Paraná inteiro”, em referência aos processos que estariam por vir. Fala gravada pela equipe do jornal e anexada a um pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que as ações fossem suspensas.

A ministra da Suprema Corte do país, Rosa Weber, decidiu, em 30 de junho de 2016, pela suspensão dos processos. O imbróglio durou quase três meses, mas foi o suficiente para ficar marcado na história da imprensa como uma tentativa de coerção do trabalho jornalístico. Não é um problema isolado. Jornalistas, artistas, escritores, entre outros, sempre encontraram determinados grupos da sociedade civil – senão o próprio Estado – agindo contra seu trabalho.

Desde 2012, quando a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, órgãos e administrações públicas são obrigados a disponibilizar informações de interesse público em Portais da Transparência. Mas nem todos os sites desse tipo tem usabilidade. O que, por vezes, pode tornar o entendimento por parte de um cidadão comum algo difícil. Era esse o caso do Tribunal de Justiça do estado. O portal do Ministério Público até permite uma busca mais inteligível, mas longe do que foi disponibilizado pela equipe da Gazeta do Povo. O que esses profissionais fizeram foi programar um script que retirava todo os dados dos Portais da Transparência. Em seguida, criaram infográficos, textos e vídeos com base nesse material.

As informações levantadas mostravam que, de fato, não havia nada ilegal sendo feito. Juízes e promotores tinham o teto mensal estabelecido na Constituição Federal em exatos R\$ 30.471,10. Era isso que eles recebiam. No entanto, o décimo terceiro, benefícios e retroativos não entravam na conta, pela lei. Mas se esses valores fossem somados e se estabelece uma média mensal, o número ultrapassava em 20% o teto. As reportagens questionavam, então, o quão moral era receber esse a valor. Ao propor esse debate, o jornal cumpria uma de suas funções: discutir o uso de recursos públicos pelo Estado. Mas ao se articularem para processar individualmente os jornalistas, os magistrados protagonizaram uma tentativa de intimidação do trabalho da imprensa. Mas é preciso entender por que isso aconteceu.

## 4 JORNALISMO LITERÁRIO

O jornalismo literário é entendido como um gênero do jornalismo que usa recursos da literatura para narrar acontecimentos reais. Castro (2010, p. 7) afirma que o jornalismo literário (ou Novo Jornalismo) tem como objetivo aprofundar o texto jornalístico através da literalidade e da liberdade estilística. É um texto que também aposta no prazer da leitura. Belo (2006, p. 14) diz que o jornalismo literário é necessário como contraposição ao jornalismo diário, que, para ele, tem apostado em abordagens burocráticas e superficiais.

Embora muitas vezes lido como ficção, o novo jornalismo não é ficção. Ele é, ou deveria ser, tão fidedigno quanto a mais fidedigna reportagem, embora busque uma verdade mais ampla que a obtida pela mera compilação de fatos passíveis de verificação e o uso de aspas e observância dos rígidos princípios organizacionais à moda antiga. O novo jornalismo permite, na verdade exige, uma abordagem mais imaginativa da reportagem [...] (Talese, 2004, p. 9).

Frequentemente se atribui a origem do gênero aos Estados Unidos dos anos 1950 — quando surgiu o termo Novo Jornalismo e seus expoentes, como Gay Talese, Norman Mailer, Truman Capote, Joseph Mitchell, entre outros. Mas, entre especialistas, não é consenso a partir de que momento a imprensa passou a usar recursos como descrições detalhadas, apostas na subjetividade, entre outras coisas.

Castro (2010, p. 11), por exemplo, vê traços de gênero no Egito antigo. Quando, durante o reinado de Sesostri III (1878-1841 a. C.), foi produzido o papiro de Sinue. O material, disponível hoje no museu do Cairo, é um registro dos acontecimentos daquela sociedade de maneira lúdica. Nessa mesma época, eram produzidas narrativas que tratavam da colheita de grãos, casamentos reais, solenidades, entre outros acontecimentos.

Castro faz um extenso retrospecto e encontra, grosso modo, traços de jornalismo literário em todas as sociedades até a modernidade. Outros autores apostam num retrospecto mais ligado à sociedade contemporânea a partir do século XVII. É o caso de Marcondes (apud PENA, 2006, p. 28), que divide o jornalismo em quatro fases e coloca o surgimento do jornalismo literário nas duas primeiras, em que os diários tinham a participação de escritores renomados. A primeira é da “pré-história do jornalismo”, de 1631 a 1789, caracterizada por uma

economia elementar e produção artesanal. Semelhante ao livro. A segunda fase, de 1788 a 1830, seria a de forte conteúdo literário e político, apresentando por escritores, políticos e intelectuais.

Pena (2006, p. 82) diz no século XIX que o casamento entre jornalismo e literatura fica evidente. Não pelo jornalismo literário, mas pela própria ficção que circulava nos jornais. É dessa época a publicação de romances em capítulos na imprensa diária. Nomes como o francês Honoré Balzac — autor de, entre outros, *A mulher de trinta anos* (1832) e *As ilusões perdidas* (1843) e Victor Hugo — de *Os miseráveis* (1862) e *O ano terrível* (1872). Outro autor de destaque na imprensa foi o britânico Charles Dickens. O Brasil também teria escritores a apostar nos diários, como Machado de Assis e José de Alencar.

Ainda sobre as fases que Marcondes (apud PENA, 2006, p. 28) apresenta. A penúltima etapa do jornalismo seria a partir de 1900, considerada pelo autor como a fase do jornalismo monopolista, de forte apelo comercial. E a última fase seria a partir de 1960, marcada pelo uso da tecnologia e pela velocidade da informação. Ambas, para ele, longes da literatura. Mas Carta (apud BELO, 2006, p. 24) afirma que é do início do século XX que se encontram os primeiros traços de jornalismo literário, com a obra de autores como o britânico George Orwell e do americano Ernest Hemingway. A técnica deles consistia em narrar os fatos com recursos mais próximos da literatura do que da linguagem imediatista de jornal diário. “Era como um voto de protesto contra ditadura do lead e da pirâmide invertida” (BELO, p. 24).

É também dessa mesma época a atuação de John Reed, que produziu textos como *Dez dias que abalaram o mundo* (1919), considerada a primeira narrativa detalhada sobre a Revolução Russa. No Brasil, um fundador equivalente seria Euclides da Cunha, com *Os Sertões*. Nesse texto, de 1897 e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, relata-se a Guerra de Canudos (BELO, 2006, p. 23-31). Posteriormente, no Brasil, surgiram veículos que apostavam em narrativas mais extensas. Foi o caso d’*O Cruzeiro*, de 1928, que publicou textos como um perfil do médium espírita Chico Xavier, por exemplo. Em 1940, a revista ganhou uma concorrente: a *Diretrizes*, de Samuel Wainer. Duas décadas depois era lançada a *Realidade*, da editora Abril (BELO, 2006, p. 29).

Mas o que hoje se entende frequentemente como fundação do jornalismo literário surgiu no pós-guerra, em 1946, com a publicação de *Hiroshima*, de John Hersey. O texto conta a história de seis sobreviventes da bomba atômica de

maneira romaneada e bastante detalhada. Hersey parte de fatos reais para construir cenas e apresentar diálogos. A reportagem foi publicada numa edição especial da revista norte-americana *New Yorker*, dedicada integralmente ao texto. Posteriormente foi editada em livro (PENA, 2006, p. 53). Na mesma revista foi publicado, 19 anos depois, *A sangue frio*, outro marco do jornalismo literário. Escrita por Truman Capote, reportagem reconstrói cenas e diálogos dos acontecimentos que culminaram no assassinato de uma família numa zona rural do Kansas, nos EUA.

Pena (2006, p. 53) afirma que o que vai proporcionar o advento do jornalismo literário como movimento é a insatisfação de profissionais da imprensa com regras de objetividade do texto jornalístico, cristalizadas no famoso lead. Tom Wolfe em 1973 publica um manifesto do gênero dizendo, entre outras coisas, que o jornalismo não precisava ser como um relatório que caracteriza a imprensa objetiva. Para ele, o texto deveria ter um valor estético, usando para isso técnicas literárias. Wolfe deixou ainda registrado quatro recursos básicos do Novo Jornalismo: reconstruir cena a cena; registrar diálogos completos; apresentar cenas pelos pontos de vista de diferentes personagens; registrar hábitos, roupas, gestos, entre outras características (PENA 2006, p. 53).

#### 4. 1 JORNALISMO LITERÁRIO NO BRASIL

O Brasil teve experiências esparsas de jornalismo literário, mas pode-se dizer que ele surge como parte do projeto editorial com a revista *Realidade*, lançada em 1966 pela Editora Abril. Por dez anos ela esteve mensalmente nas bancas e vendeu quase meio milhão de exemplares (MIRA, 1997, p. 366). De acordo com Woile Guimarães (apud Sato, 2002), integrante da primeira equipe de *Realidade*, “contavam-se os acontecimentos através de histórias. Era um ‘romance real’”. Ou seja, o modo de trabalho era alinhado ao que se conhece como jornalismo literário.

Os repórteres tinham meses para apurar uma história. Publicavam textos densos que prezavam pela recriação de cenas e diálogos. Havia também espaço para a experimentação estética e estilo pessoal de quem escrevia. Um dos maiores nomes da revista era José Hamilton Ribeiro, que imprimiu seu nome na história da imprensa brasileira ao produzir reportagens bastante detalhadas numa época em que fazer uma pesquisa de determinado assunto demandava muito mais tempo.

Não existia melhor maneira de se saber sobre uma guerra que estava acontecendo, por exemplo, do que ler uma reportagem em profundidade.

Foi justamente num conflito armado, a Guerra do Vietnã, que Ribeiro ficou gravemente ferido. Ele escreveu um relato que foi um marco para o jornalismo literário brasileiro, ilustrado por uma foto dele ensanguentado. O repórter falava não só da própria experiência, mas de seu contato com as pessoas que estavam lá. Sato (2002, p. 21) diz que a narração permite desenvolver temas focando nas figuras e na vida das pessoas comuns. Era o que a Realidade e Ribeiro faziam, usando para isso as técnicas de jornalismo literário.

Em 2006, a revista piauí passou a circular em todo o Brasil, oferecendo mensalmente uma série de reportagens em profundidade ou com uma abordagem diferente do jornalismo diário. A revista, fundada pelo documentarista João Moreira Salles, tem influências da Realidade e da norte-americana New Yorker. Desde sua fundação já lançou coletâneas como Tempos Instáveis e Vultos da República, bem-sucedidas do ponto de vista editorial, advogando a favor de que existe público leitor interessado em reportagens de fôlego.

#### 4.2 LIVRO-REPORTAGEM

Um dos principais suportes do jornalismo literário, o livro-reportagem é um veículo no qual se pode reunir uma grande quantidade de informação de maneira organizada e contextualizada. As possibilidades de experimentação também são imensas. O livro ainda pode ser só narrativo, mas funciona melhor como trabalho jornalístico quando tem informação contextualizada e enriquecedora, além das interpretações do próprio autor (BELO, 2006, p. 41-46).

Lima (2004, p. 4) reitera essa visão e acrescenta que o livro-reportagem permite ao leitor se aprofundar numa questão proporcionando de maneira prática e prazerosa ao apresentar as informações numa narrativa. O suporte cumpre um papel relevante pois supri as lacunas deixadas pela imprensa diária, pelas revistas, emissoras de rádio e pelos noticiários da televisão.

Assim como o jornalismo literário, o livro-reportagem propriamente dito não tem data de fundação definida. Mas existem especialistas que defendem o já citado Dez dias que abalaram o mundo (1919), do jornalista americano John Reed, como o principal marco do gênero.

Reed é apontado por diferentes estudiosos da comunicação como um dos precursores do chamado jornalismo literário e pai do livro-reportagem moderno. Não quer dizer que tenha sido o primeiro. Não faltam relatos de não-ficção anteriores a ele. Pelo menos um deles no Brasil, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Mas até então nada que havia sido tão marcante (BELO, 2006, p. 22).

Por causa da variedade de livros-reportagem e de suas linhas temáticas e modelos de tratamento narrativo, Lima (2004, p. 51) propõe uma divisão classificatória. Entre essas classificações que ele estabelece estão livro-reportagem-instantâneo e livro-reportagem-atualidade. O primeiro trata de um fato recém-concluído, cujos desdobramentos finais já podem ser imaginados. O segundo também aborda um tema atual, mas selecionando os temas dotados de maior perenidade, cujos desdobramentos ainda não são conhecidos. Ele permite ao leitor entender a origem do acontecimento e os possíveis desfechos (LIMA, 2004, p. 56).

#### 4.2.1 E-BOOK

O termo e-book é uma abreviação inglesa de *eletronic book*. É um livro em formato digital. Ele pode ser lido em equipamentos eletrônicos, como computadores pessoais, celulares, *tablets*, entre outros. Pinheiro (2011, p. 14) diz que esse tipo de publicação ainda pode ir além do texto, incluindo conteúdo multimídia para complementar a narrativa.

Para Chartier (1998, p. 134,) o livro eletrônico é um sonho antigo da humanidade que agora se torna realidade. Ele une a universalidade com a possibilidade de interatividade. Para o pesquisador, a tecnologia do livro eletrônico possibilita expandir limites: a imaginação dos editores é quem dita as regras, já que não existe custo de impressão e de distribuição. “O texto se expande, contrai-se, dá voltas. As palavras pulsam, esticam-se e encolhem, desafiando a analogia do teclado com a máquina de escrever [...]” (BEIGUELMAN, 2003, p. 39).

O primeiro arquivo disponibilizado de maneira comercial foi a *Riding de Bullet*, de Stephen King. O título, aliado ao aumento do acesso à internet, abriu caminho para que se desenvolva um mercado específico para isso. O Brasil teve um aumento maior da venda de e-books a partir de 2012, quando a *Amazon*, uma das maiores empresas de varejo de livros físicos e digitais do mundo, passou a atuar no

país. A oferta inicial foi de 1,4 milhão de livros digitais, sendo 13 mil em português (COUTINHO, 2015, p. 189).

A quarta edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil endossa a tese de que os e-books têm ganhado público. Entre os chamados "Leitores" pela pesquisa - aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses - 34% já leu livro digital. E já entre quem gosta muito de ler, a porcentagem sobe para 38%. De todos os entrevistados, 26% afirmou que já leu um livro digital na vida. A mesma pesquisa apontou que o número de leitores no Brasil cresceu 6% entre 2011 e 2015. O celular foi o dispositivo de leitura mais comum, usado por 56% dos leitores de livros digitais. O computador (49%), tablet (18%), leitores digitais (4%) também são dispositivos usados. (NOGUEIRA, 2016).



## 5 PRODUTO

### 5.1 CARACTERÍSTICAS

O livro-reportagem proposto neste documento monográfico foi concebido a partir das características identificadas na leitura da obra de especialistas como essenciais a esse tipo de produto. Numa primeira fase, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica sobre imprensa, formação da sociedade e do discurso censório. Posteriormente, a leitura foi sobre jornalismo literário e suas técnicas.

A pesquisa deu base para que fossem elaboradas as perguntas aos cinco principais envolvidos na história apresentada no livro. Foi uma entrevista em profundidade com cada um, mais entrevistas complementares. Totalizando cerca de 10 horas de entrevistas. As perguntas inicialmente foram elaboradas de maneira direta: o primeiro assunto abordado era o processo. Já na terceira, ficou claro que a melhor abordagem era ter uma primeira pergunta sobre o início de carreira de cada um. Seguindo uma ordem cronológica dos fatos.

Dessa estratégia, surgiram elementos como a tabela de Evandro, o analista de dados. O entrevistado anotara, unicamente para controle do grupo de amigos viajantes, as datas e horários de partida e chegada de todas as viagens. O material foi essencial para que se tivesse segurança na hora de narrar os acontecimentos do livro.

Os cinco contaram os mesmos acontecimentos, mas com suas particularidades. O que permitiu uma visão multifacetada do episódio, além de muitos detalhes que agora integram o livro. Ajudaram na reconstituição do caso outras cinco entrevistas com pessoas envolvidas de maneira tão profunda quanto os profissionais processados, como foi o caso de Leonardo Mendes Jr., o chefe de redação do jornal. Ou nem mesmo pessoas envolvidas, mas que conheciam aqueles que foram retratados no livro e a própria Gazeta do Povo.

O resultado foi um produto digital hospedado na plataforma *Issuu*, que, por ser digital, tem um grande potencial de alcance e nenhum custo de distribuição. O link disponibilizado na monografia é do arquivo hospedado no Google Drive, que ainda sofrerá alterações, de acordo com indicações da banca (pode ser acessado neste link: <https://drive.google.com/file/d/1GLwnHJhqvLD5QWsi7H0DIHVU0fA-04YI/view?usp=sharing>).

O arquivo tem 23 centímetros de altura por 32 de largura, quando aberto. A fonte principal é Oswald sem serifa e em seu formato regular. Montserrat é a escolha como tipografia auxiliar para o texto de apoio da capa. As duas fontes são de fácil leitura, limpas, modernas e ideais para o formato web. O corpo do texto é em *Georgia*, fonte que tem boa legibilidade e é pouco cansativa para os olhos.

A paleta de cores foi escolhida de modo que lembrasse o tom das estradas do Paraná. São uma mescla entre tons frios e terrosos, mais sóbrios e sérios. Cores quentes — como o laranja, bege — trazem um contraponto, complementando a composição e tornando o projeto gráfico mais interessante, atualizado e chamativo. A referência ao caminho percorrido aparece na capa, folha de rosto e contracapa. Compõe, enfim, o projeto gráfico como um todo. Já o título, “Sobre a Justiça e os Pastéis”, é uma referência a duas constantes do caso: os juízes e promotores em todas as ações e a refeição das viagens.

## 5.2 CAPÍTULOS

O livro-reportagem tem cinco capítulos que foram divididos por temas. A proposta era de que cada assunto dessa uma dimensão da história narrada. Desse modo, o perfil dos protagonistas é apresentado de maneira diluída, com os acontecimentos e com as informações frutos da pesquisa bibliográfica.

Os capítulos, através dos títulos, são introduzidos de uma forma mais ligada à ficção. O primeiro, por exemplo, chama-se “Parou a festa cumeeira” porque no momento que o personagem apresentado neste capítulo soube dos processos, ele estava construindo o telhado da própria casa. Esse primeiro momento do livro apresenta dois personagens, aborda a pauta que originou os processos e o primeiro dia de viagem. No capítulo seguinte, “Falhas no colete” também faz uso de um recurso narrativo, a metáfora, para se referir a, no caso, verdade, que seria para uma das jornalistas retratadas um “colete a prova de balas” contra qualquer injustiça e eventuais processos por seu trabalho. Esse capítulo usa parte da pesquisa bibliográfica para fazer um retrospecto da formação da imprensa no Brasil.

O terceiro capítulo também usa diretamente a pesquisa para abordar a história da Gazeta do Povo. Intitulado “Gangorra gazetiana”, essa parte apresenta um dos principais nomes da casa e conta sobre as diversas fases do jornal. Já o capítulo quatro é a viagem em si. Mais dois personagens são apresentados. O

nome “Karaokê em Assaí – e o fora do juiz”, porque num dos trajetos eles conheceram uma casa noturna específica de músicas ao microfone. Esse capítulo termina contando o dia que um dos juízes foi gravado confessando que a ação dos magistrados se tratava de uma “ação orquestrada”. “A Rosa”, por sua vez, encerra o livro ao falar sobre o dia em que ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) revogou as ações. O capítulo termina dando um panorama do Brasil atual e os recentes ataques a jornalistas.

### 5.3 MERCADO

O livro-reportagem apresentado neste documento monográfico encontra um amplo público leitor porque, entre outras coisas, trata de um acontecimento recente cuja narrativa da mídia deixou lacunas. Não são poucos os livros-reportagem que esmiúçam acontecimentos recentes e atraem uma ampla gama de pessoas interessadas em saber mais detalhes da história. São referências obras como *Abusado*, de Caco Barcellos, que conta a história do dono do morro Dona Marta, no Rio de Janeiro. O livro é um relato do tráfico nos morros cariocas e do relacionamento deles com a comunidade. Esteve mais de um ano na lista dos mais vendidos do Brasil.

Outro livro-reportagem importante e que ajudou a idealizar o produto apresentado neste documento é *O olho da rua*, de Eliane Brum. Embora a obra seja composta de diversos textos, ela tem aspectos que são caros ao livro “Sobre a Justiça e os Pastéis”: a profunda conexão com a contemporaneidade e metalinguagem, já que todas as reportagens são acompanhadas de comentários sobre sua produção. As reportagens publicadas nos livros *Vultos da República* e *Tempos instáveis* também serviram como base. Ambas são coletâneas de textos apresentados na revista *piauí*, hoje a maior publicação de jornalismo literário do Brasil, provando que o público tem interesse em reportagens extensas.

A falta de uma grande editora, no caso do livro-reportagem apresentado neste documento, pode ser compensada pelo fato do livro estar disponível na internet. Além da vantagem de não ter custo de distribuição. A pesquisa *Retratos da Leitura* apresentada anteriormente diz que existe público para esse tipo de consumo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Direcionar o olhar sobre o episódio envolvendo os cinco profissionais de imprensa funcionários da *Gazeta do Povo* que foram processados por 48 juízes e promotores do Paraná permitiu ter uma dimensão maior de até onde vai a liberdade de imprensa, em teoria garantida na Constituição Federal. Foi possível perceber que um grupo da sociedade civil que deseja perseguir jornalistas que ousaram falar sobre determinados assuntos não é uma exceção, mas uma constante na história do Brasil.

Se a lei garante a livre expressão, mas na prática a própria sociedade civil encontra maneiras de calar o próximo, o jornalismo de boa qualidade pode ser a resposta mais óbvia e efetiva para se combater discursos autoritários. O jornalista Eugenio Bucci diz que democracia sem jornalismo é impossível. Então, para que se fortaleça o regime que prioriza em teoria as liberdades individuais, que se faça como os jornalistas da *Gazeta do Povo*. Deve-se abordar assuntos de interesse público por mais óbvios que eles possam parecer.

Outro caminho é, sem dúvida, o acadêmico. É preciso que o assunto liberdade de imprensa não saia da pauta e dos currículos dos cursos superiores. Em especial, que pesquisas como a apresentada neste documento monográfico – espera-se, num mestrado ou doutorado de maneira muito mais qualificada – aconteçam numa constância maior. O clichê de que quem conhece a história lida melhor com o presente e evita erros semelhantes futuros é válido também nessa ocasião.

Para além do tema por vezes sisudo da liberdade de imprensa, contar a história de cinco funcionários de um jornal com um livro-reportagem foi uma maneira de se colocar em prática tudo que foi aprendido durante quatro anos de graduação a respeito de apuração, pesquisa, checagem, entre outras práticas que compõe a profissão. Pensa-se, no futuro, neste trabalho como um primeiro passo para uma reportagem de ainda mais folego. O próprio caso da Elvira Lobato, por exemplo, a repórter processada pela Universal, merece um maior destaque. Dessa forma, será possível expandir e completar lacunas deste trabalho, que apresenta defeitos inerentes a pouca experiência de quem o produziu.

## REFERÊNCIAS

BALTHAZAR, Ricardo. **Apoio à democracia diminui com corrupção e recessão, mostra Datafolha**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 01 out, 2016. Editoria Poder. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1923267-apoio-do-eleitorado-a-democracia-diminui-com-corrupcao-e-recessao.shtml>>. Acessado em 19 nov, 2017

BERGAMO, Mônica e CARAZZAI, Estelita Hass. **STF suspende enxurrada de ações contra jornalistas do Paraná**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 01 jun, 2016. Editoria Poder. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1787562-stf-suspende-enxurrada-de-aco-es-contra-jornalistas-do-parana.shtml>>. Acessado em 13 jun, 2017.

BEIGUELMAN, Giselle. **O livro depois do livro**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BUCCI, Eugênio. **Em Brasília, 19 horas** - A guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso** - A comunicação pública a serviço da vaidade particular. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira** (momentos decisivos). 2.<sup>a</sup> ed. rev. São Paulo: Martins, 1962, 2 vols.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**. 2.<sup>a</sup> ed. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2002.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999. (1<sup>a</sup> reimpressão da edição de 1998).

COUTINHO, Pedro; PESTANA, Olívia. **eBOOKS: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial**. Porto: Páginas a&b, 2015. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79418/2/117647.pdf>>. Acessado em 18 jun 2017.

FÉLIX, Rosana et al. **A impunidade é a regra**. Gazeta do Povo. Curitiba, 3 ago 2013. Editoria Vida e Cidadania. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/crime-sem-castigo/a-impunidade-e-a-regra-c3fz65ajzevukwjbib2dd2ku>>. Acessado em 19 jun 2017

FERNANDES, José Carlos. SANTOS, Marcio Renato. **Todo dia nunca é igual: notícias que a vida contou em 90 anos de circulação da Gazeta do Povo**. 1.<sup>a</sup> ed.

Curitiba (PR): Editora Gazeta do Povo, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. '**Gazeta do Povo**' encerra edição impressa e foca 'mobile' e revista. São Paulo, 10 abr 2017. Mercado. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1874212-gazeta-do-povo-encerra-edicao-impressa-e-foca-mobile-e-revista.shtml>. Acessado em 20 out 2017.

GAZETA DO POVO. **O jeito de consumir informação mudou. E a Gazeta também.** Curitiba, 21 nov 2015. Vida e Cidadania. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-jeito-de-consumir-informacao-mudou-e-a-gazeta-tambem-cictf9cre1r5y0j8mz0nhedgx>. Acessado em 3 set 2017.

GAZETA DO POVO. **Nova Gazeta do Povo.** Curitiba, 6 abr, 2017. Opinião. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/opinio/nova-gazeta-do-povo/>. Acessado em 19 nov 2017.

JORGE, Fernando. **Cala boca, jornalista!**. 4.ª ed. São Paulo (SP): Vozes, 1992.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores: do AI-5 à constituição de 1988.** 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LEAL, Andréia. **Justiça ou retaliação?**. São Paulo, 2008. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR82062-6009,00.html>. Acessado em 5 nov 2017.

LEÇA, Laíse Nunes Mariz. **Conciliação nos Juizados Especiais Cíveis.** Rio Grande, 6 jan 2012. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11014](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11014). Acessado em 23 set 2017.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura.** Barueri, SP: Manole, 2004.

LOBATO, Elvira. **Universal moveu 111 ações contra reportagem sem contestar dados.** São Paulo, 9 jul 2017. Tendências e debates. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opinio/2017/07/1899665-universal-moveu-111-aco-es-contra-reportagem-sem-contestar-dados.shtml>. Acessado em 18 nov 2017.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos.** 1.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARÉS, Chico. Em dezembro de 2015, salário médio de magistrados foi de R\$ 103,6 mil. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 15 fev, 2016. Vida Pública. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/em-dezembro-de-2015-salario-medio-de-magistrados-foi-de-r-1036-mil-dkf4n61j033l2u82iabl451k7>. Acessado em 13 jun, 2017.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas: o caso da Editora Abril.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

NOGUEIRA, Mariana. E-books já foram lidos por 26% dos brasileiros, diz pesquisa. G1. São Paulo, 18 mai 2016. Educação. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/e-books-ja-foram-lidos-por-26-dos-brasileiros-diz-pesquisa.ghtml>>. Acessado em 18 jun 2017.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. Editora Contexto, 2006.

PINHEIRO, Carlos. **História do ebook**. 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/ladonordeste/histria-do-ebook>>. Acessado em 19 jun 2017.

SATO, Nanami. **Revista Realidade: Alegoria e Narrativização nas Reportagens**, in 5o Fórum de Professores de Jornalismo. Porto Alegre, 2002.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.

TALESE, Gay. **Fama e Anonimato**. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2004

## **APÊNDICE 1 – ENTREVISTA EUCLIDES LUCAS JOSÉ GARCIA**

**Entrevista realizada com o jornalista Euclides Lucas José Garcia, no dia 17 de agosto de 2017, às 18 horas, na sede do jornal Gazeta do Povo, em Curitiba. A entrevista durou 1 hora e 10 minutos.**

**Me conta um pouco da sua formação até chegar na gazeta.**

**Euclides:** Me formei em jornalismo na UFSC, o mercado lá é mais restrito, tinha bastante parente e vim para cá. Trabalhei primeiro no Jornale, onde ficava hospedado o Blog do Zé Beto. Eu era formado, mas era meio que estagiário. Eu fiz o trainee da TV em 2008, cheguei em 2007. Fiz porque era o que tinha no momento. Eu não tinha muito o perfil do tv. Durou três meses. Trabalhava de manhã e o trainee era a tarde. Naquela época para trabalhar na Gazeta precisava de trainee. Conversei com a editora, que era da mesma cidade que eu. Cobri por três meses as férias do Zeca, na editoria de geral. Quando eu acabei, um cara da editoria da política saiu e eu entrei no lugar. No Jornale eu não fazia muito reportagem, era requentado de agência. Era meio irregular, ganhava o piso.

**Por que você escolheu fazer jornalismo?**

**Euclides:** Eu queria fazer jornalismo para trabalhar com futebol. Mas acabou que nunca trabalhei com isso. Política foi o que apareceu. Comecei na política em fevereiro de 2009. Até então eu não conhecia quase nada de política, ainda mais do paraná. Em abril de 2010, a Katia Chagas que cobria a assembleia saiu para assessorar o Ducci. Eu entrei no lugar. Ia diariamente para assembleia até o ano passado. Até que a chefia decidiu que não era preciso mais ir para lá. Durante todo esse tempo eu ia para lá diariamente. Não existe setorista do executivo. Eu fiquei seis anos lá. Estou na edição porque a menina saiu de licença, começo desse ano. Mas teoricamente ainda cuido disso. Mês que vem volto para a reportagem. Quando começou a ter essa repercussão do impeachment ainda não havia essa divisão de nacional local. Todo mundo fazia tudo e basicamente a gente abandonou a política local. A gente. Agora com essa divisão a gente voltou a cobrir de novo. Ficamos quase um ano e meio cobrindo meio que porco.

**Como surgiu a pauta dos supersalários?**



**Euclides:** A pauta surgiu através de uma fonte que me escreveu e disse “dá uma olhada no salário do Tribunal de Justiça”. Tinha salário de 300 mil. A gente acompanhava, mas naquele mês estava muito grande. A gente decidiu expandir. Ao invés de pegar só um mês de 2015 ou dezembro e janeiro, que é quando pagam as férias, pegamos o ano inteiro, de janeiro a dezembro, para ser mais fiel. Somamos todos os salários, dividiu entre todo mundo, os magistrados e tal. Para ficar mais fiel, a gente dividiu por 13, 5. O décimo terceiro e um mês a mais de férias. Foi basicamente assim que a gente chegou aos números da matéria. A gente nunca tinha feito uma pauta desse tamanho até porque é difícil cobrir poder judiciário. É um poder muito blindado. Não existe um setorista do judiciário. Judiciário tem o poder de mudar na vida das pessoas. Não todos. Mas tem uma boa parcela que se a gente uma casta superior. Tanto é que a matéria foi por isso. Eles estavam fazendo coisas legais, mas utilizaram todo o conhecimento que eles têm para prejudicar a gente.

#### **Vocês imaginavam a repercussão que teve?**

**Euclides:** Quando gente publicou a matéria a gente imaginava que podia ter... a gente sabia com o que estava lidando. A gente imaginava que poderia ter o que geralmente acontece, gente xingando e tal. Coisa do dia a dia. Mas assim que a matéria saiu — eu tenho contato com bastante deputado, que tem contato com desembargador, eu comecei a receber mensagens de deputado. “Os caras vão para guerra, não sei o que, vão retaliar”. A gente não tinha dimensão dessa guerra. Isso por WhatsApp. Eu converso muito por whats com eles. Saiu da nossa mão.

#### **Como foi o processo de produção das matérias?**

**Euclides:** Como é bastante difícil ver o salário de todo mundo, a gente pediu para o Evandro, que raspou os dados de uma vez só. Se não teria que pegar cada magistrado e copiar. Ia levar semanas. A gente pegou e tabulou no Excel. Começou a fazer filtros, foi aí que saiu nossa matéria.

#### **Vocês fizeram esse trabalho sozinhos?**

**Euclides:** O chefe era o Leo e quem cuidava era o André, o coordenador. O coordenador cuida de mais áreas. Ele lida com orçamento também, fica abaixo do Leo. A gente fez, passou por ele. Foram dois dias fazendo a matéria. Um ministério

público e outro tribunal de justiça. Entre pauta e publicar umas duas semanas. A gente ficava meio que sabendo o que estava rolando pela direção. Eles começaram a negociar. Eles queriam direito de respostas. Saiu um editorial também. Saiu um editorial fazendo *mea culpa* e esse direito de resposta. Em tese, era para acabar aí. Só que aí eles partiram para ações judiciais. A diretoria do Amapar e do Ministério Público meio que lavou as mãos. Eles disseram que não tinha como interferir em algo que era individual.

### **Em quanto tempo isso aconteceu?**

**Euclides:** Matéria saiu no dia 15 de fevereiro, o direito de resposta no dia 24. Esse período eles ficaram negociando.

### **Quando vocês viram que algo tinha dado errado?**

**Euclides:** De imediato a gente viu que tinha saído do controle. A orientação que a gente recebeu era não publicar mais nada sobre o assunto. Então jornalisticamente não tinha mais o que fazer.

### **Você vê alguma mudança em relação ao que vocês denunciaram?**

**Euclides:** Não enxerguei mudança. Tanto é que você viu essa notícia do cara que recebeu meio milhão e o cara ainda disse que teria direito a receber mais 700 mil. Depois que o CNJ suspendeu esses pagamentos. Mesmo assim, ainda que suspenda o cara tem direito. Mudar não mudou.

### **Vocês voltaram ao assunto?**

**Euclides:** Ainda não voltamos no assunto. Se a gente baixar a planilha de 2016, 2017 vai encontrar a mesma coisa. O cara tem auxílio retroativo que não recebeu, férias... E como são valores muito grandes. Você imagina, o presidente do tribunal de justiça quando ele é presidente, ele pode ficar dois quatro anos. Quando ele é presidente ele não tira férias. Ele tem duas por ano. E não tira. Quando ele deixa de ser presidente ele solicita isso. Então no final ele leva uma bolada.

### **Qual foi o benefício de ter feito essas matérias?**

**Euclides:** É um troço que cumpriu seu papel. Ninguém vai acessar o salário do cara todo mês. É humanamente impossível. O cara tem milhares de coisas para fazer.

Guardada as devidas proporções, é nosso papel mostrar esse tipo de coisa. A gente ressaltou em vários momentos que não era ilegal etc. Eles reclamaram muito da coluna do Galindo, que ele comparava, na época com o triplex, que eles receberam mais de 100 mil por mês, que dava para fazer um triplex mais um puxadinho. Eles ficaram muito putos porque estavam comparando ele ao Lula e tal. Reclamaram muito da charge do Bennet.

### **Vocês erraram em algo?**

**Euclides:** Não. Tenho plena convicção que não. A gente ressaltou em todos os momentos que eles estavam recebendo algo legal, mas na minha concepção é imoral. Na positivo, até me perguntaram, a você faria de novo. Faria. Passava um pouco e perguntavam. Faria. Esse foi um papel que a gente estudou para fazer, se esse é o ônus que acabou acontecendo, paciência. O grande problema é que os caras usavam os meandros jurídicos que eles conheciam para nos prejudicar. Esse foi o grande problema. Se eles movessem um processo contra gente, pela associação de magistrado, beleza. O jornal ia responder aqui em Curitiba. Eles processaram a gente pessoa física, num esquema pelo judiciário especial. No dia que o Temer assumiu, quando a Dilma saiu provisoriamente, a gente estava num hotel em União da Vitória. A gente ia responder duas audiências na quinta e na sexta. A gente até brincou, metade da editoria de política sem poder fazer nada, nos dias mais importantes da história recente do país, porque tem que responder processos. Já tinha tido algumas audiências. A gente chegou a tomar umas 50 e chegou e ir presencialmente em umas 25.

### **Como aqueles que estavam processando se portavam nas audiências?**

**Euclides:** Eles não sabiam muita coisa. Tanto que eles processaram a gente e numa das audiências o cara perguntou “qual de vocês é o chargista”. O cara nem sabia quem estava processando porque a ação era padrão. A maioria não tinha lido.

### **Tem um exemplo de situação em que isso ficou claro?**

**Euclides:** Um cara falou, um promotor de União da Vitória. Ele contou que processou a gente porque a mulher dele viu a matéria e achou que ele ganhava mais de 100 mil por mês. E a esposa passou a pedir mais dinheiro, o filho pediu um carro. Uma mulher de Campina Grande do Sul disse que começaram a olhar torto

na igreja, no mercado. Por isso que eles processaram a gente, porque a vida deles começou a virar um inferno. As pessoas talvez não tenham entendido que a gente não disse que o cara ganhou 100 mil naquele mês. Mas que o que o cara recebeu naquele ano dividido com o décimo terceiro.

**Você acha que as pessoas entenderam as matérias?**

**Euclides:** Acho que entenderam, cara. A gente tem uma tendência a achar que o leitor é meio burro. Mas acho que ficou bem claro. Mas aí era o dilema. Começaram a encher o saco da gente. A ação da união da vitória começou lá, o escritório que pediu primeiro. Lembro que essa do cara eram duas seguidas, uma 3 e 15 e outra 3 e meia.

**Em momento vocês perceberam que seriam processados mesmo? Como você entendeu a situação?**

**Euclides:** Foi meio foda. Mas a gente não tem muita noção de como funciona. Porque eles processaram a gente no limite, usando todo o conhecimento deles para nos prejudicar. Para mim, particularmente, foi pior porque minha esposa estava grávida, ele nasceu em 6 de julho. Foi foda porque eu tive que viajar e deixar ela sozinha. Nas últimas semanas chegou aquele momento em que a qualquer momento ele podia nascer. A médica até redigiu um atestado. Mas daí coincidiu que eu não precisei usar porque na semana seguinte saiu a decisão do STF.

**Quando você percebeu que seria processado?**

**Euclides:** Quando o jurídico chamou a gente. A direção chamou a gente e explicou que ia funcionar dessa forma. Chegou o momento em que a própria gazeta poderia fechar porque a gente começou a fazer as contas: cada um pedia 40 salários mínimos, são 800 magistrados, mais um tanto de promotor. Se um ganha uma ação e ela é extensiva para todos, dava uma conta milionária. Passava de 50 milhões.

**Quantas reuniões você teve com o Guilherme?**

**Euclides:** Duas ou três vezes. Ele disse que nosso erro não foi ter passado a matéria para o jurídico antes.

**Você concorda com ele?**

**Euclides:** Talvez. Na retrospectiva é fácil falar agora. É que ninguém imaginava que ia dar nisso. Até porque a decisão de passar pelo jurídico era do Leo.

**De passar para o jurídico é frequente?**

**Euclides:** Acontece. Não é todo dia. Se pode envolver processo, passa. Não é o padrão.

**Para o jornal o acontecido foi bom?**

**Euclides:** A Rosa Weber negou a primeira liminar. O que eu imagino na minha cabeça: “um jornal do paraná sendo processado por dezenas de magistrados”. Obviamente que a pressão dos magistrados pesou mais. Aí quando o jornal foi mais forte nisso, e entraram as associaes. Começou a ter matéria quando a gente perdeu uma liminar e um juiz de Maringá admitiu que as aes eram combinadas. Aí chamamos o Guilherme e falou: , não d mais. A gente gravou nesse dia. Aí a direção do jornal liberou para gente vazar. Nisso mobilizou a Rosa Weber a dar uma atenção maior.

## **APÊNDICE 2 – ENTREVISTA EVANDRO KLIMPEL BALMANT**

**Entrevista realizada com o analista de dados Evandro Klimpel Balmant, no dia 25 de agosto de 2017, às 16 horas, na sede do jornal Gazeta do Povo, em Curitiba. A entrevista durou 1 hora e 19 minutos.**

### **Você já tinha passado por algo do tipo?**

**Evandro:** Não, até porque eu não produzo matéria né. Essa por acaso foi a primeira matéria que assinei. Eu dou apoio para o pessoal na parte técnica quando rola investigação com dados públicos, material que exige que entre com informação para raspar dados de planilha, aí eu acabo entrando. Nesse caso, o pedido veio pelo Chico, pedindo para levantar um período de pelo menos dois anos de salários de juízes porque eles tinham uma suspeita de que tinha bastante gente recebendo mais do que o teto constitucional. Aí eu fiz um levantamento grande, raspei o tribunal de justiça, o ministério público, programei um script para automatizar isso e dado o tamanho do investimento do esforço disso, foi uma forma de retribuir colocar meu nome.

### **Como é seu dia a dia?**

**Evandro:** Eu trabalho dentro da equipe de infografia. Basicamente produzimos especiais interativos. Tudo focado em atender o que os jornalistas precisam: um mapa para explicar uma história, um especial um pouco maior. Todas essas coisas que exibem programação e mexer com grande quantidade de informação passa pela nossa equipe. A gente tem uma equipe predominante de designers. São quatro designers e eu como analista de sistemas. O Guilherme é o editor. A gente era de equipes separadas. A gazeta juntou as duas equipes. Eu não tenho equipe.

### **Você tem a mesma rotina do repórter, com plantão por exemplo?**

**Evandro:** Não, a gente fazia plantão, mas com as mudanças só atendimento remoto. Meu horário é das 9h às 19h. A gente faz 8 horas. Horário comercial padrão.

### **Como você começou a trabalhar com isso?**

**Evandro:** Eu me formei analista de sistema pela Tuiutí, fiz especialização na PUC em engenharia de software. Já trabalhei com projetos grandes de automação

envolvendo engenharia de cálculo de tempo de produção de cálculo e e-commerce. Na Gazeta estou faz cinco anos, vai fazer seis em janeiro. Mas eu entrei na equipe de TI. Era separado. A gente atendia sites da RPC, das rádios. Teve umas mudanças e eu fui parar na redação quatro anos atrás. Tem muita gente que trabalha com jornalismo de dados na redação. Então nos últimos quatro anos começaram a sacar. Opa, pode ser que o Evandro possa ajudar a gente com algumas coisas. Aí eu virei um pouco uma referência em extração de dados. O que é muito bacana. Porque era uma coisa que eu fazia e não tinha ideia da dimensão que poderia tomar. Mas é uma parte do meu trabalho que acho bem legal de fazer. Mas é algo que eu faço quando dá, quando pedem. Eu tento encaixar isso na minha agenda. É uma pena.

### **Sua agenda é o que exatamente?**

**Evandro:** Por exemplo agora, eu estou trabalhando no especial patrocinado que é um guia de escolas de Curitiba. Eu montei um cadastro que as pessoas estão cadastrando todas as escolas de Curitiba – com dados com quais etapas eles atendem, quais são atividades complementares de cada escola, a gente está montando um guia de todas as escolas. Eu que programei essa parte. Os designers montaram o layout. Basicamente eu trabalho nesses especiais.

### **Você tem noção do que você já fez em relação aos dados desde que começou a trabalhar na gazeta?**

**Evandro:** Eu tenho uma pasta de scripts. De quando eu tirei dados do TJ e do ministério público, eu já tinha esses scripts. Uma jornalista chamada Amanda Audi, ela já tinha feito várias matérias sobre o mesmo assunto e já tinha tirado vários anos o salário de juízes né. Mas as matérias que ela tinha feito não deram essa repercussão porque ela não tinha citado os nomes dos juízes. Mas enfim já tinha os scripts prontos do TJ e do ministério público. Gastos públicos no geral por exemplo da Assembleia Legislativa dos deputados, a gente tira quase todo mês. Deputados têm verba de gabinete. Fiz raspagem de dados. Se um jornalista ou uma pessoa que não é da área técnica entrar no portal da transparência de qualquer um desses órgãos você não consegue entender. É humanamente impossível apurar a solo esses dados. Você tem que automatizar, é aí que eu entro. A gente faz muita coisa para eleição. Na última a gente fez um guia para candidatos, era 519 mil.

**Como você entrou no GRPCom?**

**Evandro:** Eu fiz uma entrevista numa empresa de Rh, mas a vaga era para outro lugar. Aí eu não curti muito o perfil da empresa. Aí me falaram lá também que tinha uma vaga na Gazeta. Aí tinha uma prova para fazer, de programação. Eu fiz. Mas demoraram muito para me chamar. Eu fiz em outubro e me chamaram em janeiro. Acabou que aconteceu. Eu não estava procurando. Isso foi em janeiro de 2012. Eu estava trabalhando em outra empresa, que era um *call center*. Eu fazia o sistema que os operadores usavam. Aí pintou essa entrevista, eu fiz. No *call center* já era um sistema muito automatizado. Não tinha desafios. Fiquei três anos lá. Trabalhei no ICI antes disso, instituto curitibano de informática, na secretaria de educação – em sistemas que o pessoal usa em farol do saber – fiquei um ano e pouco.

**Em que ano você se formou mesmo?**

**Evandro:** Eu tenho uma história complicada. Eu estudei geografia quando eu morava em Paranaguá, eu cresci em pontal do paraná. Eu nasci em Cuiabá. Minha família estava trabalhando lá. Mas minha família é toda de Curitiba. Meu pai do norte do paraná. Meu pai na época estava trabalhando em Cuiabá e acabou nascendo lá. Minha avó estava tocando um comércio no litoral, minha mãe não aguentava o calor de Cuiabá, aí resolveram tentar a vida em pontal. Meu pai tinha uma sorveteria e um comércio. Em Cuiabá era distribuição de remédios. Eu trabalho em Curitiba, mas estou morando numa chácara em Almirante Tamandaré. Eu fiz geografia, conhecia minha esposa. Eu desisti do curso, faltava pouco, eu não levava jeito. Era licenciatura. Geografia era muito abrangente e não tem mercado. Eu não estava a fim de trabalhar dando aula. Eu tinha vontade de fazer alguma coisa mais técnica. Era algo que eu já mexia. Aí desisti, vim para Curitiba, e comecei um curso técnico, em 2006 e comecei a trabalhar como *freelancer*. Fiquei bons anos trabalhando só em casa. Eu tinha um pouco de medo do mercado, porque como eu nunca tinha trabalhado numa empresa eu pensava que o pessoal era muito mais avançado do que eu. Quando eu decidi ir para o mercado, eu vi que eu estava muito enganado. Aí fui fazer faculdade na Tuiutí, isso eu já estava casado, em 2009 eu entrei na faculdade. Análise de sistemas é dois anos e meio, tecnólogo. Fiz especialização para reforçar engenharia de software. Antes era só um “pedreiro”, os cursos me ajudaram a ter uma noção profissional da coisa.



**Por que você resolveu trabalhar com isso?**

**Evandro:** Pois é, programação aconteceu. Não sei se foi uma coisa que eu escolhi de verdade. Quando eu morava em Paranaguá, tinha uma empresa única que mexia com software, e eu ouvia sempre o pessoal do comércio, minha família mexendo com isso, que sempre tinha problemas de automação comercial. Eu vi que tinha um mercado aí. Comecei a estudar para ver o que eu podia fazer para tentar atender esse pessoal e ganhar dinheiro. Fazer software, fazer site, isso foi em 2005. Ninguém tinha site. Poucas pessoas sabiam fazer os sites. Então eu comecei a estudar para atender isso. Só que lá não tinha onde estudar. Então meu plano era estudar aqui para atender isso. Só que eu nunca voltei para lá. A vida foi acontecendo aqui. Casei, vim morar para cá. Minha esposa terminou e veio para cá. A família dela e minha família moram lá. Ela terminou o curso de Geografia, mas nunca atuou. Ela hoje atua como analista de *SEO*. Ela estuda marketing. Fez uma especialização na área. Quando a gente trabalha como *freelancer* ela começou a me ajudar. Ela trabalha numa de e-commerce.

**O que seus pais acabaram quando você trocou de curso?**

**Evandro:** Meu pai nunca entendeu. Ele não aceitou muito bem. Mas era eu que pagava o curso. Eu fui morar numa quitinete em Paranaguá quando tinha 19 anos. Meio que decidia as coisas por conta própria. Então não teve muita influência. Só que trabalhar como com programação foi pior que desistir do curso. Porque é ficar o dia inteiro na frente do computador. Ninguém na minha família entendia isso. Quando vim morar em Curitiba, quando estava fazendo curso técnico, morava na casa de uma avó e de uma tia. Eu ia para o curso e ficava o resto dia inteiro na frente do computador estudando. Elas achavam que eu estava fazendo qualquer coisa. Aquilo não era trabalho. Meu pai talvez ainda não saiba exatamente o que eu faço.

**A sua mãe trabalha junto com seu pai?**

**Evandro:** Minha mãe faleceu quando eu tinha 13 anos. Ela era dona de casa. Meu pai naquela época de Cuiabá meu pai que tinha sido chamado pela empresa. Minha mãe ajudou na época do comércio. Além de mim tem duas irmãs que vieram na sequência, então ela não teve muito tempo para trabalhar. Ela morreu com 37 anos,

um infarto quase que fulminante. Minha irmã mais nova tinha 4 anos. Não deu tempo de ela querer voltar para o mercado de trabalho. A morte acho que é um problema de família. O pai dela teve um infarto fulminante com 59 anos. Alguma coisa aí, eu tenho que me cuidar porque sou o próximo na fila

### **Você vê diferença entre seu trabalho aqui e os anteriores?**

**Evandro:** Demais. A principal diferença é que eu sou o único analista de sistema na equipe. Eu tinha isso em casa, quando trabalhava como freela. A gente tem equipes de desenvolvimento dentro da gazeta. Mas na redação sou só eu sozinho. Trabalhar sozinho eu me acostumei. Mas não me agrada de verdade. Mas foi decisão. A principal diferença é a visibilidade. Estou terminando um especial sobre escola, por exemplo, a gente tem expectativa de que seja visto sei lá por 500 mil pessoas no próximo mês. A chance de que alcance algum resultado é muito grande. O guia dos candidatos que a gente fez no ano passado tinha uma página para cada candidato de todo o Brasil. 519 mil candidatos. Ainda hoje todas essas páginas são 20 mil visitas por dia. Então, a quantidade de pessoas que vê seu trabalho era enorme. Principalmente lá no *call center*, que quem via era meia dúzia que estava tendo problemas com o sistema.

### **Como era quando você entrou?**

**Evandro:** Quando eu entrei era uma equipe de TI com seis pessoas. Várias mudanças no jornal e a equipe foi diminuindo. Mas quando foi dividido os setores, em 2013, eu acabei ficando na redação. Lim e Patrícia foram demitidos, teve muita mudança nos últimos dois anos. Talvez esses processos tenham me segurado na empresa. Eu não me sinto encorajado para procurar outro emprego, caso aconteça algo, se o processo voltar e eu estiver trabalhando em outro lugar, falar “me desculpa, mas tenho uma audiência lá medianeira”, seria complicado. Nesse último ano, para caber todo mundo nesse novo prédio, vi muita gente indo embora. Não foi agradável. Inevitável. Eu que vivo do digital sei que era, mas não foi legal viver aquilo.

### **Você lembra como surgiu a pauta?**

**Evandro:** Chegaram para mim e pediram para extrair esses dados. O tribunal de justiça eu até consegui rápido. O do ministério público até hoje se você entrar lá...

porque, por exemplo, eles fornecem o salário até dois anos num formato, de dois anos para trás está num outro formato. Tem que ir juntando um quebra-cabeças, dependendo do período que você quiser.

### **Para você foi algo mais informal então?**

**Evandro:** Exatamente como todos os pedidos de extração de dados. Alguém precisa de algo que não dá para fazer na mão. Mas eu estava em outro projeto. Não lembro o que. Mas como eu disse, não é planejado. Foi um pedido como qualquer outro. Eu já tinha feito isso. Mas ao invés de mandar os dados direto para eles, eu passei para o Guilherme. Ele trabalha do meu lado. Ele facilitou a visualização, porque eu não tinha como mostrar, por exemplo, quais são os juízes que receberam mais no último ano. Então ele deu uma cara bonita para esse negócio. Só que essa cara bonita não é publicada normalmente. Só que o negócio ficou bacana e acabou indo junto na matéria. Só que ali tinha o nome de todos os juízes. Juridicamente eles questionaram porque a matéria tinha um tom que indicava que os juízes recebiam mais que o teto constitucional e o nome de todos estavam ali embaixo. Mas não eram todos que estavam recebendo acima do teto. Só que tinha uma charge que eles julgaram ofensiva. Os juízes se sentiram, com a matéria e a charge, julgados como se fossem todos... Mas acho que eles tentaram intimidar mesmo. Tem o áudio do presidente da Amapar. Foi para sacanear mesmo. Mas como nosso nome estava lá, nós cinco que tivemos que participar dos processos.

### **A extração de dados quando você fazia em outras ocasiões, a decisão de tirar os nomes era sempre da redação?**

**Evandro:** Eu extraí a planilha com todos os dados, tudo que tem no portal da transparência. Eu jogava tudo numa planilha e passava para frente. É um processo padrão. Eu não sabia que meu nome estaria na matéria.

### **A diferença da matéria dos juízes foi então o fato de colocarem seu nome e o nome dos juízes?**

**Evandro:** Isso, e a repercussão. Foi engraçado porque o dia que saiu a matéria, se não me engano no dia 17 de fevereiro, foi meu primeiro dia de férias. Eu estava mexendo na casa, onde eu vou morar. Eu tinha combinado com meu pai de ele me ajudar a fazer o telhado e eu ia trabalhar um mês nas férias. No primeiro dia que eu

saí de férias, eu já tinha extraído esses dados 15 dias antes, e daí eu vi a matéria publicada no site da gazeta. Publiquei no Facebook e até escrevi uma coisa do tipo “está, aí o material que a gente extraiu e tal”, citei o pessoal que estava fazendo a matéria. E aí durante minhas férias, o Guilherme mandou uma foto do processo. Eu vi e pensei Putz, que diabo é isso. Aí comecei a lembrar até pensar “era aquela matéria que estava no meu nome”. Não entrei em detalhes, até porque eu estava no meio das minhas férias. Eu estava com um problemão que era: terminar o telhado da minha casa. Aí quando eu voltei dei de cara com os processos. Mas o processo de extração de dados continua padrão. Até fiz isso recentemente. Semana passada o Euclides pediu para eu extrair os dados do último ano, já que está rolando essa história da Carmen Lúcia, sobre aumentar o salário do STF e ainda rolaria efeito cascata. É a primeira vez que voltamos esse assunto. Inclusive quando rola um pedido do tipo, alguém já fica encabulado: “ah, vão viajar de volta”.

**Você acha que teve erro seu ou de seus colegas na produção da matéria?**

**Evandro:** Meu eu não vou dar 100% que não teve erro da minha parte. Mas os juízes nunca questionaram os valores. Porque assim é humanamente impossível você copiar os salários e jogar numa planilha. Só que quando eu fiz aquilo eu peguei mil nomes e varri holerite de cada um deles no período de três anos. Então deu uma planilha de, não lembro agora, 10 mil linhas. [...] A gente faz por amostragem. Qualquer um que trabalha com dados em grande volume tenta ser assertivo ao máximo no seu script. É difícil julgar se meus colegas estão errados, até porque minha formação não é jornalismo, mas baseado na liberdade de imprensa, é um dado público. A gente não roubou esse dado de nenhum lugar. Está disponível para todo mundo. Não sei se teve um erro. Eu talvez não colocaria o nome de todos. Acho que o texto, a charge e a lista dos nomes talvez a gente pudesse ter publicado em outro link. Isso daí ia ficar difícil eles associarem uma coisa com a outro. Se a gente tivesse colocado o link separado talvez tivesse evitado. Acho que o cuidado desde esse caso aumentou. Para não sofrer processos dessa dimensão. Até porque se a gente perdesse seria o fim do jornal. Isso ainda pode acontecer, se tiver que pagar o que o pessoal estava pedindo. Eu não colocaria a culpa em quem escreveu, nem em que fez a charge.

**Quando você teve dimensão do que estava acontecendo?**

**Evandro:** Ainda nas minhas férias. O Guilherme tinha me mandado a foto do processo, mas eu não tinha dado importância. Ai uns dias depois ele me mandou um áudio que era um pronunciamento do caso, uma explicação da redação do Léo sobre o que estava acontecendo. Aí me caiu a ficha. Pro diretor fazer aquilo, fiquei pensando “cara é muito sério”. Mas ainda assim não fui muito atrás. Eu li o direito de resposta e tal. Mas só quando voltei de férias é que percebi o que estava acontecendo.

### **Em quanto tempo isso tudo aconteceu?**

**Evandro:** A matéria saiu no primeiro dia que eu estava de férias. Ele me mandou a foto depois de quinze dias. Era um mês. Ele mandou na metade das minhas férias. O áudio acho que foi uma semana depois. Devia estar nos 20 dias. Aí voltei 10 dias depois. Mas o número de processos ainda era pequeno, uns 10 ou 15. Aí comecei a montar aquela planilha. Logo que voltei de férias percebi que ia rolar as viagens. Na conversa com o jurídico vi que eles não estavam muito organizados. Era uma planilha só minha e da minha esposa, mas aí acabou virando referência.

### **Como foi a primeira viagem?**

**Evandro:** Foi para Assis Chateaubriand, em 1 de abril. Eu fiquei meio preocupado porque meu pai faz aniversário dia quatro de abril. Aí eu fiquei pensando putz será que vai ter um processo aqui. Eu gosto de descer para a praia para ver ele. Eu sempre gosto dessas datas. Lembro que passou isso na minha cabeça. Na redação havia muito o medo de que a gente não chegasse atrasado. Até porque Assis é bem longe. Você vai pelo 277 até cascavel, depois entra para o lado de Toledo e vai mais uns 100km. A Janaina reservou hotel etc. Ela era nossa referência. Eu lembro que ela chegou e falou “ó, vocês vão numa van, com um cara chamado Belizário”. A gente rachava o mesmo quarto de hotel. Nem sei quantas noites dormi nos mesmo quarto que Belizário. A gente foi com ele na van. Uma van confortável. Dessas escolares, com oito lugares. Não dá para reclamar, acho que a empresa supriu certo.

### **Vocês saíram quando?**

**Evandro:** No dia anterior, às 10h da manhã. A gente marcou tudo. Eu comecei a marcar porque queria ter controle. Eu mexo com dados, para mim é fácil fazer isso.

**Você faz isso muito na vida pessoal?**

**Evandro:** Finanças pessoais eu tenho algo parecido com isso. Na construção da casa, todos os gastos eu tenho controlado. Eu sei quantos parafusos foram usados.

**Na viagem você estava alguma grana?**

**Evandro:** Tinha um orçamento diário da redação. 60 reais se não me engano. Mas o hotel e o transporte a empresa já deixavam reservado.

**As viagens eram diferentes entre si?**

**Evandro:** No começo eu tinha uma expectativa diferente. Pensa bem você fica o dia inteiro trancado na redação, aí tem uma viagem para fazer, poderia ser uma coisa prazerosa. Mas não foi. Os luares que a gente estava indo e o motivo não eram leais. A primeira audiência a gente foi com a dr. Rita, advogada do jornal. A gente foi a viagem toda se preparando para aquilo. Ela ia instruindo a gente em como se portar. Lembro que até no hotel, a gente se reuniu no salão do hotel. Eu nunca tinha ido numa audiência. Não sabia o que era estar. Dentro da audiência, sabendo que do outro lado tem um juiz e um conciliador na outra ponta subordinado a ele, qualquer coisa podia acontecer. Depois da terceira entendemos que não era um bicho de sete cabeças. Era muito rápido. A gente entrava na sala, o conciliador perguntava “tem acordo”. Não, não tem. Então assina o papel e vocês estão liberados. Levava 10 minutos. As mais demoradas foram aqui em Curitiba. Teve uma que o cara que fez um discurso meio longo, diz que a família duvidou da honestidade dele, que ele estava recebendo dinheiro ilegal. Ele fez um discurso bem longo. A gente já estava meio instruído a não falar nada. Porque qualquer coisa na prática era território inimigo. Aí a gente não abria a boca muito não. Na primeira audiência, como eu nunca tinha ido, eu passei uma camisa, passei, penteie o cabelo e tal. Na última tinha gente até de touca. Não precisava daquilo. Não foi gratificante. Teve uma viagem que foi a pior, que era Maringá num dia às 5 da tarde e no outro dia em união da vitória. A gente ao tinha como voltar para casa. A gente foi cedinho para a Maringá e depois união da vitória. Se você pensar o primeiro quase divisa com São Paulo, o segundo com St. Catarina. A gente teve que atravessar o Paraná de ponta a ponta, para estar no outro dia em União da Vitória. Dormimos em Guarapuava.

**Mas aqui diz que não teve audiência.**

**Evandro:** Teve duas em União da Vitória no mesmo dia. Só que uma delas foi remarçada porque a procuradora chegou atrasada. Numa audiência dessa se você chega atrasado você perde. A gente saiu de Maringá e ela foi direto de Curitiba de Ônibus. Ela falou fulana está atrasa, a gente falou não tudo bem, a gente espera. Ela falou não, mas não está certo. Se ela chegou atrasada, o processo se extingue. Ela tem que entrar de volta. Mas lá era onde ela trabalhava. Aí nossa advogada foi lá no conciliador e falou o, ela está atrasada, o senhor registre nossa presença e de um fim nessa audiência porque a gente quer ir embora [...]. Nossa advogada não se importou com isso. Falou não o senhor cancele [...]. Por um lado, isso era ruim porque a gente teria ido de volta, foi nossa primeira vitória. Não teve remarcação. Essa a gente teve muita marcação, mas todos eles por pedido deles.

**Eram salas pequenas?**

**Evandro:** Sim, a maioria não tinha espaço para todo mundo sentar. No fundo da sala o conciliador e um escrivão. E aí uma mesa oval, do lado direito quem estava processando, do esquerdo a gente. Eu fiquei impressionado com algumas coisas, como em Porecatu. Uma cidade minúscula com um prédio enorme. Em Cascavel também. Curitiba tem na cidade inteira. Sa construção enormes, mas em geral a sala de audiência é bem pequena. Aí em Curitiba tem muito processo rolando, a gente é só mais um no meio. Um a gente sabia que era o acontecimento da cidade. Em Tibagi tudo mundo sabia que a gente era. Cada um que entrava no fórum perguntava a vocês eram da Gazeta. Teve um momento para a frente que a gente começou a gravar [...]. A gente viu que talvez alguém poderia entregar algo que poderia facilitar nossa defesa. Teve um juiz de Paranaguá, Valter Ribeiro Júnior, ele fez um discurso logo que a Rosa Weber negou nossa liminar, no dia seguinte [...] O Guilherme estava gravando. Aí como a gente tinha tomado uma revertida, a única maneira era tornar público e mobilizar a imprensa. Aí foi uma decisão do jornal com o jurídico. Nesse mesmo dia saiu na folha estado e no jornal nacional Era uma ameaça nítida. Depois disso os discursos pararam. Talvez tenha rolado uma orientação, mas eu achava que estava sendo gravado em qualquer audiência. Então a orientação era para a gente não falar nada. Teve um post do circo que foi

anexado ao processado. Eu deixei de publicar muitas coisas, porque não sabia quem estava me olhando.

### **Por que você resolveu morar numa chácara?**

**Evandro:** Comprar uma aqui estava caro. A família da esposa tinha um terreno, surgiu a oportunidade. Não troco por nada. Eu mesmo construí a casa. Levei dois anos e meio. Teve uma época que até mudei o horário da gazeta. Um tio da minha esposa me ajudou. Meu pai me ajudou no telado. Fiz um projeto com arquiteto, e eu construí.

### **Teve algo bom?**

**Evandro:** Olha quando a gente estava em Porecatu, a Carmen Lúcia comentou num congresso que a liberdade de imprensa tinha que ser reforçada.... Aí caiu a ficha que isso podia evitar casos como esse mais para a frente. Porque se a gente voltar nesse assunto eu não posso me sentir coagido. São poucas pessoas que fazem isso. No paraná acho que não tem. A gente não pode se sentir impedido de fazer esse trabalho. Aí do discurso foi a primeira vez que eu via que dava para tirar algo bom. Aí a gente também recebeu o prêmio liberdade de imprensa, isso foi uma coisa bacana. Eu que não sou da área de jornalismo, foi uma coisa bacana. HOJE não me vejo trabalhando com outra coisa que não em comunicação

### **Você se sente intimidado?**

**Evandro:** Eu tenho receio de ter coisas no meu nome, aí um dia o processo voltar e eu ter que desfazer deles. Fora isso, acho que só na primeira audiência eu me senti intimidado. Mas eu fico preocupado em postar nas redes sociais. E essa questão de bens. A empresa arca, mas não sei até que ponto.



### **APÊNDICE 3 – ENTREVISTA FRANCISCO DE SOUZA MARÉS**

**Entrevista realizada com o jornalista Francisco de Souza Marés, no dia 29 de agosto de 2017, às 15 horas, na Reitoria da UFPR, em Curitiba. A entrevista durou 1 hora e 32 minutos.**

#### **Como você escolheu jornalismo?**

**Francisco:** Quando eu era moleque eu gostava muito de escrever, tinha blog e tal. Aí pensei pô, já que eu sei escrever e não sei fazer outra coisa. Eu entrei em 2006. Foi por causa disso.

#### **Você sempre morou em Curitiba?**

**Francisco:** Sim, no Bigorriho. Meus pais ainda moram ali. Eu estudava no Sion, no Batel.

#### **Como foi esse período da faculdade?**

**Francisco:** Na faculdade, acho que nunca cheguei a titubear em relação ao jornalismo. Eu curtia todas as matérias, ia bem em todas que tinha que ficar fazendo coisa: jorlab, redação. E era uma negação em qualquer coisa que envolvesse estudo acadêmico. Não foi fácil porque eu até fiquei um semestre a mais, não consegui terminar o TCC, optativa e tal. Mas durante a faculdade eu já gostava muito de ser jornalista e fazer coisa de jornalismo. A ente editou durante um tempo o Cacos de Papel, a ente normatizou as edições. Até briguei com outro cara, o Lilo. Eu fazia parte formalmente do Cacos, era amigo dos caras do centro acadêmico. No Jornal Comunicação também. Eu era bastante ativo.

#### **Quando você entrou na gazeta?**

**Francisco:** Me formei em dois mil e dez, aí fiz a copa do mundo para o Pop. Fiquei lá por seis meses depois da copa. Até que no começo do ano de dois mil e onze eu passei no trainee da gazeta. Fiz o trainee e na época a Carol Olinda que era a repórter de política, ela ficou grávida. Daí abriu uma vaga temporária de seis meses e eu fui ficando. Eu já acompanhava política, sempre gostei bastante. Mas assim até começar de fato a trabalhar eu percebi que não sabia de porra nenhuma. No começo eu lembro que sofri bastante.

**Por quê?**

**Francisco:** É o nível do detalhe que você precisa saber do histórico de cada político, as várias coisas que foram acontecendo. Quando você acompanha o noticiário, você pega as coisas meio que por cima. Mas quando você está fazendo você tem que ter um conhecimento detalhado. Às vezes então era bem puxado para mim. Eu era jovem também, escrever sobre política no maior jornal do estado. Me formei com vinte e três.

**Você sempre trabalhou na política?**

**Francisco:** Passei um pouco em vida e cidadania, bem no começo. Depois daquela vaca de seis meses. Nem estava curtindo muito cidades.

**O que você curte em política?**

**Francisco:** Parece que você está fazendo algo importante né. Às vezes é meio ilusório. Mas você vai atrás de algo que vai ter impacto. É um néscio muito dramático né. Política é uma puta teatro. Você tem que tentar entender o subtexto de cada coisa. Você cobrir política diária é divertido para cacete. Dependendo do país é deprimente. Ano passado ficava até deprimido com toda a *shit storm* que estava rolando.

**Teve uma situação que você sacou que você estava fazendo diferença e outra que você se sentiu frustrado?**

**Francisco:** Em dois mil e quinze Uma que eu gostei de fazer foi sobre o ICI. Basicamente, lá em 97, Curitiba tinha um departamento próprio de informática. Teve a lei das organizações sociais, no Fernando Henrique, e o Cassio Taniguchi basicamente criou esse IC. Ele jogou toda a estrutura de comunicação da prefeitura de internet para a gestão privada [...]. Até que um dia apareceu uma fonte com um monte de contrato, passei um mês trabalhando nisso. Quando saiu, eu pensei pô está aí. Depois disso aconteceu um monte de coisa, auditoria de TC, ministério público. Está aí, é isso que gosto de fazer. Foram três matérias. Mas a principal era: os caras deram um jeito de pegar um monte de sistema que era da prefeitura, repassar para o ICI e o ICI estava cobrindo o aluguel da coisa. Era basicamente, eu tenho essa xícara de café, eu dou ela para você e pago por isso. Era um esquema assim. Essa matéria passou por bastante gente. Meu editor-executivo, que passou a

ideia, estava em cima. Eu ia conversando com o Fernando, meu editor de fechamento. E a gente leu e releu muitas vezes. Quando a matéria é pesada, tem um processo de checagem mais forte. Já exemplo negativo tem vários. Matéria que você está apurando e não sai... às vezes uma coisa que você descobre e alguém vaza antes [...].

### **Você se considera como ideologicamente?**

**Francisco:** Basicamente de esquerda, já fui bem mais. Minha opinião varia muito do que é, do caso. Ultimamente eu prefiro ver caso a caso. Minha escola de pensamento atual é depressão total. Na política só tem homem branco... O Brasil não presta atenção em legislativa. É uma coisa cultural.

### **Como você enxerga, o legislativo, o executivo e o judiciário?**

**Francisco:** Só tem homem branco retrógrado. O Brasil não presta atenção na eleição legislativa. Os deputados são eleitos enquanto está tendo aquele rebuliço de presidente, governador... é uma coisa de visão cultural. Não sei por que isso acontece. A maioria dos problemas políticos do Brasil vem do legislativo. O legislativo é político, se o povo vota de um jeito, não tem o que fazer. Mas você ainda tem a opção da organização política, né. Enquanto o judiciário é uma casta que você não pode fazer nada. Você criou uma situação de desequilíbrio. Eu acho um absurdo a maneira como você escolhe um juiz no Brasil. Você faz um concurso, se você tiver 3 anos de atuação, você pode virar juiz com vinte e seis anos. Cara... eu tenho 30 e não sei porra nenhuma da vida, não tenho capacidade de julgar. Você ser um juiz precisa de toda uma carreira. Se não me engano, em outros países, você tem uma carreira interna no funcionalismo público, aí você vai crescendo até você chegar ao ponto de ser um juiz. Não é aquele negócio seu pai pagar um cursinho, você fica estudando, faz três anos de estágio em escritório e opa, decorou a prova, e pronto. É aquele negócio, meritocracia brasileira, que é mérito porra nenhuma. Só faz quem tem uma possibilidade econômica de mergulhar nisso. É uma coisa esdrúxula. Você tem um moleque julgando a vida de todos nós. Isso é sem controle. Ainda hoje tem o controle do conj. que é um pouco mais forte. Tanto que melhorou muito, não dá para dizer que não. Mas é um super... aí você tem umas distorções como isso que aconteceu no nosso caso. Um monte de juiz, uma classe que... o cara realmente não tem uma visão de mundo, os caras vivem de

dentro de uma cláusula que acham que é o mundinho dos juízes. A mesma coisa vale para o promotor. É uma elite que se retroalimenta... é importante demais para ser assim. Aí você vê todo dia algo assim. Um juiz que bloqueou o whats porque estava bravo... Rafael Braga...

### **Qual era sua familiaridade com o assunto antes da pauta surgir?**

**Francisco:** Francamente, eu não tinha contato com o assunto. Mas tudo que aconteceu meio que só confirmou os preconceitos que eu já tinha. O que aconteceu: uma fonte nossa ligou: dá uma olhada no salário dos juízes em dezembro. A gente começou a olhar. Viu uns cinco ou seis, está alto esse negócio. Do MP, que aparecia a listagem completa: po, que absurdo. Aí eu estava com uma pauta chata e fiquei enchendo o saco deles: a, a pauta de vocês tá legal, vou dar uns pitaco. Estava uma galera, o Fernando, o Galindo, o Leo... todo mundo veio dar uma olhada nisso aí. Eu, problematizador, já comecei: seguinte, isso é dezembro, dezembro você tem décimo terceiro, você tem férias. Se a gente for julgar por dezembro, vai ficar uma bosta. A gente precisa fazer manual né. Aí que está o problema, estava uma maluquice dentro do site, você não conseguia, só dos três últimos meses, anterior a isso não. O do judiciário nem dava para ver um mês. Aí vamos ver com alguém que tenha as manhas disso. Aí o Evandro, assistência de TI para redação. Eu já estava trabalhando numa história meio parecida [...]. Eu já estava vendo com o Evandro, aí falei com ele - na verdade, eu não tinha começado, nem ia fazer a pauta, um dos beneficiários era da minha família, aí passei para outra pessoa. Mas então, falei com o Evandro, você já fez isso, conseguiu do judiciário? Ele foi fazendo. Nesse meio tempo alguém ficou doente, de um dia para o outro, eu estava só palpitando, aí o Galindo falou: Chico, você não quer ver a pauta dos juízes? Eu estava fazendo uma pauta muito chata, eu falei cara too fazendo uma pauta bem Jaguará aqui, eu to bem a fim de herdar [...]. Nesse meio tempo o Evandro conseguiu puxar tudo do judiciário. Comecei a mexer com as tabelinhas lá. Aí a gente calculou certinho quanto seria o salário bruto, o teto, no caso dos juízes, teto vezes quatorze. Doze salários, mais décimo terceiro mais dois cinquenta por cento de férias. Foi esse o cálculo. Aí a gente viu que estava vinte por cento acima do teto. Poxa, acho que tem uma história aqui. Daí a gente começou todo o processo de fazer a história.

**Vocês esperavam essa repercussão?**

**Francisco:** Sim, com certeza, Matéria sobre servidor em geral tem repercussão [...].

**Vocês publicaram tudo que vocês acharam?**

**Francisco:** Mais ou menos. Você tinha quatro tipos: salário, verbas indenizatórias, auxílio moradia. A minha ideia era ir a fundo nessa história. Os retroativos. Esses retroativos dava uma grana imensa. Era isso que jogava o negócio para fora da curva. Eu fiz umas contas depois da treta e ainda tem uma história. Na década de 90, teve o plano real, nesse meio tempo, o supremo e a câmara estavam pagando salários diferentes. Você tinha uma diferença minúscula. Isso durou um ano, até equiparar os dois. Mas eles tão pagando retroativo até hoje. A gente fez outra cagada, pegou só um ano, devia ter pego de todos os anos.

**Quais outros momentos vocês erraram?**

**Francisco:** Acho que esse foi o único grande. Foi uma escola na verdade. Eu imaginei, a gente publica isso e vai puxando mais. Você segura e solta, vai indo atrás ao longo da semana, do mês.

**Você não concorda com nenhum dos argumentos de quem processou?**

**Francisco:** Não, nenhum. Posso até sustentar a questão dos nomes. De fato, não era necessário. Por outro lado, era uma gravíssima falta de transparência. Que a gente corrigiu. E é um direito do cidadão fazer isso. Talvez a gente tenha estipulado um pouco disso, mas era estritamente uma função do jornalismo. Mas em retrospecto, talvez eu tivesse segurado os nomes.

**Você acha que eles sabiam diferenciar as matérias, de posts etc.? Acha que eles leram as matérias?**

Não, é difícil para quem não é do ramo até. Acho que eles não leram, muitos deles mostravam isso. Um dizia que a gente estava mentindo, dizendo que gente escreveu que eu estava cometendo ilegalidade.

**Quando ouviu isso?**

**Francisco:** Lembro de algumas específicas. Aqui em Curitiba, uma das últimas, eu tive que me segurar. Uma juíza muito folgada começou a falar merda. Cada um

reagia de uma maneira. O Euclides parecia que ia ter um ataque cardíaco. Mas ficava quieto né. Nunca falou nada. Foram vários [...]. Variava muito de acordo com o cara que está conduzindo, o conciliador, numa mesa pequena, não tinha cadeira para todo mundo. Cada dia era uma surpresa diferente. Tem acordo? Não. Tem acordo? Não. Outros vinham com discurso do tipo too processando vocês, mas é para vocês aprenderem a ter mais responsabilidade com as coisas que vocês publicam [...]. O conciliador em geral não falava nada. Não sabia muito bem o que era o caso. Não se envolve, conciliador não dá decisão, só reverenda o acordo. Ou anula a audiência em caso de atraso.

### **Como era a rotina das viagens?**

**Francisco:** Geralmente a gente saía, ia de van, a van do Belizário. Dependendo do lugar a gente tinha uns postos favoritos [...]. Tinha o famoso posto na lapa, do pastelão. Era foda. No começo, depois de um tempo, já não aguentava e botava um fone de ouvido, o Galindo ficava lendo, o Euclides dormia. Naquela época eu estava ouvindo bastante Bjorn, o segundo disco.

### **Quando você soube que ia ser processado?**

**Francisco:** Eu tinha combinado já com a gazeta que eu ia sair, para ir pra Inglaterra. No dia que chegou meu convite, meu convite final, aí eu decidi, não eu vou. Foi justamente um dia antes da gente publicar a matéria. Eu cheguei para o André, nosso chefe imediato. Too saindo e tal, começa em setembro, então até julho eu vou ter que sair. A gente conversou, e vamos conversar com o Léo etc. Daí eu estava esperando uma conversa mais aprofundada com o Léo. Daí um dia eu to de boa, e chega o Léo: Chico, estou precisando falar com você. Pensei ah deve ser da história da viagem. Chico, uma notícia boa. Eu e o Dr. Guilherme lemos a suas matérias dos juízes de cima a baixo e não tinha nenhum erro. Pensei se essa é a notícia boa, então alguma coisa deu errado. A notícia ruim é que... aí começou a falar que teve uma ameaça e tal. Os juízes começaram a ameaçando, né. Aí ele falou ó a situação é essa. Não se preocupa. A gente ficava meio que sabendo por fofoca. Essa foi uma das piores partes porque a gente não sabia o que a gazeta ia fazer. Teve a história do direito de resposta. Não sei se você lembra? Isso deixou a gente num nível... Galindo e Euclides também estavam inconsolados. Antes disso teve o editorial, que foi... eles nem falaram para a gente. Aí você abria o jornal e lia

olha só os juízes são muito legais, desculpa qualquer coisa. Aí veio o texto de resposta. A primeira versão que veio, pô a gente quase começou um motim [...]. Aí a gente conseguiu abrandar a versão [...]. Saiu isso e começaram a vir as ações. O modelo do processo era de União da Vitória. Os juízes eram bem jovem para juízes. O problema é que o jornal não podia ter uma relação tão deteriorada com o judiciário. Tem outras ações correndo - calúnia, difamação... qualquer empresa você vai ter processos [...]. Até que a gente conseguiu aquele áudio e aí viu que ou a gente vai com os dois pés no peito ou a Gazeta acabou, né.

### **E quando a Weber suspendeu as ações?**

**Francisco:** Eu abri o celular e era um monte de mensagem. Ficou feliz para caralho. Fui no jornal dar um abraço nos caras.

### **Você morava aonde nessa época?**

**Francisco:** Ali no Desembargador Motta, perto do Barbaram. Morava sozinho. Ia a pé para o jornal. Esse dia foi um alívio. Nesse ponto a gente já estava com bastante esperança [...]. Era minha última semana na Gazeta, eu ia só ficar viajando. Eu sou solteiro, para mim não tinha diferença.

### **Por que saiu o nome do Evandro e do Guilherme na matéria?**

**Francisco:** Você está olhando para ele. Tem uma prática de você não colocar o nome de quem não é jornalista. Mas quando a participação é extremamente fundamental algumas pessoas acham de bom grado pôr o nome na matéria. O Evandro tinha salvado nossa vida. Pensei pô vou botar os nomes. Coloquei e nem falei para eles, coloquei na broderagem, mas nem falei para eles. Isso é outra coisa que eu mudaria.

### **O que seus pais fazem?**

**Francisco:** Meu pai é procurador do estado e professor universitário, de direito na PUC. Minha mãe é aposentada, mas era bibliotecária. Ele não conhecia quem estava processando. Acho que nos últimos tempos ele trabalhando no tribunal regional federal. A gente fez só do estadual, né.

### **A viagem do mestrado foi para estudar o quê?**

**Francisco:** Eu estava fazendo um curso de jornalismo interativo. Mestrado. É basicamente o jornalismo de internet. O foco era mais jornalismo de base de dados né. Manusear banco de dados, esse tipo de coisa.

### **Alguma lição de todo o caso?**

**Francisco:** Eu sabia que existia perseguição a jornalista, sempre soube de casos. Mas quando a gente experimenta isso na pele é uma coisa nova. Mas sinceramente, se isso me fez uma coisa, foi me deixar com mais raiva. Teve o lado bom das viagens. A gente pode conhecer o pastelão na lapa. O centro de união da vitória, a cidade que gente mais foi. Aí a gente parava no pastelão. Eu tenho um problema que eu sou ansioso e eu como demais. Eu não tenho controle. Nesse pastelão eu cheguei e falei. Pó, me vê um pastelão. Comi rapidamente. Comecei a passar mal. Tinha uma audiência e passei quase morrendo de dor de barriga. Aí chegando na lapa, paramos, porque me deu uma fominha, pegar mais um pastel. Fui lá e pé, aí alguém falou: você está louco? Não, não. Vou pegar outro recheio. Cinco minutos depois eu estava morrendo. Depois disso me proibiram. Essa foi uma das últimas. A gente conversou com os caras. Do pastelão sobre a história. Teve também no bar do gatinho, na segunda vez em que a gente fez. Foi para açai. Cheque com o outro pé eles são casados. Açai fica do lado de londrina. Podiam ter botado a gente num hotel lá. A noite tinha um restaurante, oito e meia da noite, Rogério falou vamos para o bar. A gente andou pela cidade. Tinha dois bares. Bar do gatinho, e bonitão diversões eletrônicos. Fomos no gatinho. Pedimos uma Bavária. Chega esse cara, enorme, vocês não são daqui né? Somos de Curitiba, estamos aqui por causa de um processo. Aí ele chegou para o nosso motora. Eu sou o Cebola, que você é? Eu sou o Belizário. Belizário? Puta nome feio do caralho. Eu pensei os caras vão sair na porrada, ou vão querer ir embora do bar. Vou fumar um cigarro. Volto e está a cebola abraçado com Belizário. Os dois viraram melhores amigos. Estava eu Belizário, Guilherme e Evandro [...]. Aí a cebola falou não vocês não vão para casa não, tem um outro bar na cidade e um show que é cinco reais e vocês vão para lá. A gente foi no carro da cebola [...]. Fizemos amizade com a cidade inteira [...]. Teve uma em União da Vitória também. O Sandro Moser é de lá né. Ele falou vai nesse bar que é garantido. Aí fui eu, Belizário e Evandro. Os dois estavam pegando leve, mas eu estava.... Fiz uns amigos lá, na época eu estava meio barbudo e começaram a me chamar de Duvivier. Porra, daí eu virei o duvivier



[...]. Daí a gente tinha que encontrar os advogados, a diretora jurídica da gazeta do povo. Desci com olheiras.

## **APÊNDICE 4 – ENTREVISTA ROGÉRIO GALINDO**

**Entrevista realizada com o jornalista Rogério Galindo, no dia 6 de setembro de 2017, às 16 horas, na sede da Gazeta do Povo, em Curitiba. A entrevista durou 1 hora e 32 minutos.**

### **Como você escolheu jornalismo?**

**Rogério:** Eu fiz publicidade primeiro, em 93 entrei. Terminei em 96, no estágio, percebi que não curtia. Foi por influência do meu pai a publicidade, ele tinha trabalhado, meu tio também. Em parte, porque eu gostava da ideia de trabalhar com texto. Mas daí me desencantei quando vi que a margem para ser criativo era menor. E não fiquei à vontade com a ideia de fazer algo para vender. A margem no jornalismo para ter liberdade é maior.

### **O seu pai fez pp?**

**Rogério:** Ele nunca estudou. Teve uma agência com os amigos no fim dos anos 70, coisa rápida. Lembro de ele ter contado essa história. Eram três amigos jovens que decidiram tentar aventuras. Mas nada que tenha rendido frutos. Meu pai trabalhou com vendas depois. Foi representante comercial a vida toda. Vendia produto químico... Minha mãe foi dona de casa a maior parte da vida e foi professora de maternal também. Nunca nada parecido com texto.

### **E o gosto pela leitura?**

**Rogério:** Meu pai e minha mãe sempre tiveram uma preocupação com o gosto pela leitura. Meu pai sempre foi fissurado em jornal. Em casa tinha folha, gazeta, correio. Ele lê muito mais jornal que eu. Por outro lado, minha mãe, que não tinha tanto essa cultura de leitura, sabia da importância. Pegou um salário e comprou a enciclopédia Barsa de 1986, dava grana para ir em sebo. Desde muito cedo. Meu irmão sempre foi destruidor de livros. Tinha coleção da Agatha Christie. Ele sempre leu muito rápido. O tempo e o vento eu levei meses, meu irmão 20 dias. Meus pais não tinha a chance de estudar e valorizavam muito isso.

### **Como assim?**

**Rogério:** Meus pais estudaram até a oitava série. Mas eles sabiam que era importante. Sempre fizeram questão de dar para a gente a chance que eles não

tinham. Meu pai era da Bahia, veio para cá muito pequeno. Minha mãe nasceu aqui, mas a família era de Santa Catarina. A família da mãe é da roça, ela nasceu num Sítio no Pilarzinho. Meu avô depois de adulto foi estudar Direito, mas uma coisa totalmente fora de época. A vida adulta dele começou na roça mesmo. Eram 13 irmãos, ela tinha que cuidar deles, cuidar da casa. Abandonou a escola cedo por causa disso. Meu pai teve um pai que morreu cedo. A família deu uma desestruturada. A mãe dele não conseguiu manter ele na linha. Acabou que não ia bem na escola e não foi para a frente nisso.

### **Em qual bairro você cresceu?**

**Rogério:** Seminário, Vila Izabel. Moro hoje no Portão, num sobrado. Tenho dois filhos, Bernardo, 4, Ana Clara, 9 meses. A gente já estava casado faz um tempo, levou um tempo para montar a casa e tal, até 2012. Conheci ela na faculdade. Eu estava no sétimo ano e ela no segundo. Fui fazer o TCC, a prof. Elza falou ó tem uma menina do segundo ano que sabe fazer. Isso em 97.

### **O que você costuma ler?**

**Rogério:** Hoje em dia não sou o leitor fiel de nenhum veículo, a não ser a gazeta por trabalho. Muito hoje eu leio o que as mídias sociais vão indicando, o que amigos vão postando. Talvez um pouco o nwt. Mesmo assim acho que pelo feed. O meu irmão foi e é ainda meu professor de leitura em vários sentidos. Hoje na verdade eu me interesso por coisas longas do que imprensa. A visão de mundo de um livro pode ser mais sofisticada quando você tem que explicar as coisas. A imprensa não tem esse papel de dar o pano de fundo que faz tanta falta. Acho que isso está muito mais nos livros. Só que hoje sendo pai de duas crianças, emprego, não tenho tanto tempo quando gostaria.

### **Como foi a entrada na gazeta?**

**Rogério:** Foi casual. A gazeta quando eu era estudante não tinha uma moral muito grande com jornalismo. As pessoas queriam trabalhar na folha de londrina, no jornal do estado. A Gazeta não tinha uma história de investir em reportagem local. Então não era meu primeiro veículo de escolha. Mas eu dei sorte, eu terminei a faculdade em 99, bem o período em que ela estava fazendo uma transição que só melhorou, até 2010. Dá para ver nitidamente um crescente. Mas admito que não era meu

sonho. Eu me formei tinha um concurso. Eu fiz. Passei, me chamaram. Aí naquele momento eu falei vamos ver o que rola. Mas acabou que dei muita sorte.

### **Qual era seu objetivo?**

**Rogério:** A Folha de S. Paulo. A Ilustrada. Noventa por cento da minha geração. Não teve um momento, acho que foi acontecendo. Primeiro fui para a política, que não era o que eu imaginava. Eu me soltei. E com o tempo o jornal foi evoluindo essa cobertura. Fui tomando gosto. Está divertido, enquanto tiver vou ficando e fui ficando. Fui ganhando terreno dentro do jornal, blog, coluna. Você vai ter margem de manobra. Possibilidade de se pautar, o salário vai melhorando, você vai tendo mais margem para fazer o que gosta.

### **Você não acompanha política?**

**Rogério:** Acompanhava, mas queria cultura. Minha família sempre fui muito politizada. Se formou na ditadura. Como toda criança que nasceu naquela época, acompanhei o fim da ditadura. Então minha geração sempre teve motivo para acompanhar política. Eu sempre gostei do tema, mas demorei para me interessar por política local. Para tomar gosto por essas coisas demorou. Com o tempo as coisas foram ficando mais fáceis. Tomei gosto porque é fascinante você ver o jogo de interesses, é como acompanhar os personagens. Só para isso você precisa tomar pé na situação. Depois que você aprende a vê que é divertido. Seja como dirigir, andar de bicicleta. Depois que aquilo vira mecânico, as coisas mecânicas saem da sua cabeça, é divertido. Cobrir política é um pouco isso. Quando você tenta entender as coisas triviais, você não consegue fazer algo mais aprofundado, mas demora.

### **O blog foi criado quando?**

**Rogério:** Entrei na gazeta em 2000, mas o blog e a coluna surgiram em 2005, na eleição, em 2008 convenci eles a reativar. A ideia era cobrir a eleição de 2006. A gente estava tentando aprender a fazer. A coluna a ideia era fazer várias notinhas no blog e fazer um resumo no impresso. A coluna virou outra coisa. Era uma época que eu estava envolvido com outra coisa. Aí em 2014 me deixaram só com o blog. Hoje faço isso só. Aí o blog ganhou mais vida, mais audiência. Hoje além de mim, tem mais uma repórter. A diferença é essa. Não estou subordinado em termos de

pauta e edição a eles. A única coisa que tenho que combinar com eles é para não bater, não apurar a mesma coisa.

### **Como foi fazer cultura?**

**Rogério:** Eu fiquei dois anos lá. 2004 e 2005. Fiquei enchendo o saco para ir para lá. Em 2006 eles disseram que iam fazer uma cobertura mais pesada nas eleições e aí voltei.

### **Você já passou por grandes problemas?**

**Rogério:** O único problema foi em 2000. Um erro meu mesmo. Incendiaram uma promotoria. Em 2012 eu fiz uma notícia dizendo que fulano tinha sido inocentado da ação. Me referi ao pai quando era o filho. O nome era muito parecido. Quem pagou foi o jornal.

### **Você trabalha como?**

**Rogério:** Em casa. Só venho na quarta. Isso faz um mês. Porque estou com a filha pequena e o jornal veio para o Tarumã. Aí fiz esse acordo, tem ao vivo no Facebook, coisas para resolver.

### **Como surgiu a pauta dos supersalários?**

**Rogério:** Um conhecido nosso, um cara que por certos motivos estava bravo com o judiciário. Ele falou dá uma olhada no contracheque dos caras de dezembro. Ele foi ver. Foram ver também do MP. Isso foi no começo de fevereiro [...] Aí eu e Euclides começamos a fazer um mutirãozinho. No TJ tinha que entrar um por um, aí a gente combinou vamos ver os desembargadores. Você vê uns eu vejo outros. Aí a gente falava aí esse aqui andou cem mil, esse aqui cento e cinquenta. Aí a gente viu que o negócio era grande mesmo [...]. Aí nessa semana publicaram referente a janeiro. Esse cara que deu a dica só falou de dezembro, o janeiro não estava online ainda. Ai quando aconteceu isso apareceu o do MP que era muito mais grave. A gente resolveu juntar tudo e foi dando corpo.

### **E a coluna?**

**Rogério:** A primeira matéria saiu numa terça, a coluna na quarta, junto com a segunda matéria. Na terça eu e o Euclides tínhamos feito uma *live* no Facebook e a

gente usou a expressão tríplex. Foi bem quando estavam falando do tríplex do Lula. Já estava nessa live, aí eu usei isso para fazer o título da coluna.

### **Como sua coluna é pautada?**

**Rogério:** A função da coluna é um pouco isso. Explicar mais a fundo ou comentar ou aprofundar um tema que está em pauta. Às vezes pode ser uma coisa inédita também, que passou batido. Mas muitas vezes é isso. Hoje a única coluna semanal de política é a do Celso. Ele é super ligado ao jornal. Quando eu entrei ele estava na TV ainda, no ano seguinte ele foi chefe de redação. O Requião sempre processava ele.

### **Você tem um palpite do por que esse tipo de coisa acontece?**

**Rogério:** No caso do Requião era birra mesmo. Político não gosta de ser fiscalizado, ninguém gosta. Eles não gostam da gente porque a gente incomoda eles. A imprensa no Paraná até os anos 80, 90, era garroteada. Os caras mantinham a imprensa na rédea curta. A internet mudou isso né, os jornais não tinham mais como deixar de dar as coisas porque estava na internet. Aí a imprensa começou a fazer uma cobertura mais crítica. Os caras não estavam acostumados. Requião, Lerner, Álvaro Dias, foram governadores num período que não era assim. Era uma novidade inconveniente. No caso do Requião tem uma questão ideológica também, ele se considera de esquerda, e o jornal representa aquilo que ele não gosta.

### **Você lembra do seu primeiro dia?**

**Rogério:** Foi um horror. Eles não tinham pauta para todo mundo porque entrou seis pessoas no mesmo dia. As pauteiras estavam malucas. Seis de uma vez começaram no geral. Começaram a me passar umas coisas complicadas. Ver a situação da saúde pública em Curitiba. Eu não sabia para quem ligar, o que fazer. Eu lembro que chegou no meio do dia, uma menina que estava sentada do meu lado e tinha sido contratada no mesmo dia também, a Maria Fernanda. Ela já era um pouco mais experiente que eu. Eu falei não, não dá. Eu vou pegar minhas coisas e vou embora. Ela falou não, calma, segura, vai dar certo. Eu estava desesperado. A primeira semana foi horrível.

**Em algum momento você achou que não ia dar certo como jornalista?**

**Rogério:** Até hoje, todo dia. Síndrome de fraude, essas coisas. Um dia vão descobrir que sou uma fraude, se é que já não descobriram.

**E referência como colunista?**

**Rogério:** Gaspari. Curto tudo. Inteligente, pautas, capacidade de apuração, o texto, crença em democracia. É o jornalista perfeito, para mim. Os livros dele são... Ele é um gênio. Eu escrevi para ele e ele nunca respondeu. A mulher dele é ótima também.

**O que mudou na Gazeta desde que você entrou?**

**Rogério:** Teve esse primeiro momento, quando eu entrei, de jornal provinciano, que tinha se criado uma realidade política totalmente provinciana. E estava tentando escapar disso pela primeira vez em muito tempo na construção da equipe de reportagem que fosse capaz de competir com outros veículos locais e que tinha um sonho em se transformar em veículo nacional. Era um jornal com muito dinheiro, com apoio de uma TV forte e um grande comandante que era o Dr. Francisco, que tinha um grande respeito das pessoas no mundo político. Ele era idolatrado. Mas que ainda era inexperiente. Teve um segundo momento, em dois mil e seis, quando apostaram em blog e coluna, chamaram o Celso para substituir a campana, o que foi um avanço tremendo. Foi quando o jornalismo decolou. Esse momento durou até dois mil e treze. No ano seguinte veio a crise. E tem a crise do setor. O Facebook e o Google roubaram todos os anunciantes. Não tinha como manter a equipe, o prejuízo era absurdo. Ao mesmo tempo que veio uma tomada de posição mais forte. Uma dupla caminhada, evolução tecnológica e evolução do jornalismo.

**Você tem algum plano?**

**Rogério:** Não ser preso, rs. Eu sinto falta de fazer coisas mais lonas. A gente vai fazer um podcast até o final do ano. Sou fã do radiolab, tem vários que conheço. Passo uma boa parte no ônibus ouvindo podcast.

**Você tem carro?**

**Rogério:** Tenho, divido com minha mulher. Prefiro ônibus, porque dá para ler. Em estrada eu não dirijo. Eu não viajo também. Eu e minha mulher somos as pessoas

mais caseiras que você pode imaginar. A gente sai para levar as crianças em shopping. Mas ir na casa de amigos, ir em festa ou bar... não, não acontece. Sempre foi assim, eremitas. Estamos casados há quatorze anos que a gente mora junto. Casamos só no civil, apesar de sermos católicos.

### **O que você esperava da pauta?**

**Rogério:** A gente sabia que a pauta era boa. Mas eu não esperava que fosse ter tanta repercussão. Cubro isso a bastante tempo, já tinha falado de coisa mais ou menos parecida. Dias depois eu fui falar com um político que queria me passar umas coisas, aí fui falar com ele e ele comentou vocês foram corajosos. E eu por que? Isso a gente faz toda hora. Eu pensei: esse cara é mais sabido que eu, se ele está achando que a gente mexeu em vespeiro, a gente deve ter mexido e eu não percebi. Isso deve ter sido dois anos depois [...]. Aí um belo dia vi que tinha dado merda. A primeira vez com Zé Beto, que deu aquele áudio do presidente da Amapar. Aí deu para ver que ia dar merda. Depois de um tempo, eu estava no jornal, passei pela mesa dele uma página do jornal com direito de resposta dos caras. Eu falei puta que o pariu. Mas só vi, não tinha ninguém para perguntar. Só estava a página. Fui para minha mesa, deu meia hora e o Leonardo chamou a gente. Fodeu, os caras tão entrando com dezenas de ações, vai ser uma merda. Ele falou: estou com vocês. Depois disso a gente teve reunião com o Leonardo de volta, com o Guilherme. Em nenhum momento disseram que a gente estava errado. Eles, que queriam processar, mandaram um direito de resposta impublicável. Aí a gente se livrava de um problema jurídico que era todo mundo, 700, terem que dar a resposta, a segunda era não incentivar os outros a processarem, o terceiro era a ação criminal - só tem um. Aí publicamos, mas daí começaram a aparecer as ações. O MP realmente teve 3 ações. Mas o judiciário, apesar da gente publicar, apesar deles terem ido no conselho, eles processaram. A gente publicou no dia doze as matérias, o direito de resposta deve ter saído no final de fevereiro, aí no começo de março a gente começou a ser notificado. A primeira viagem foi primeiro de abril, aí não parou mais.

### **Como era a rotina de viagem?**

**Rogério:** Era uma merda. A sorte que o jornal tornou menos desagradável. O hotel era razoável, a van bacana. A segunda a sorte era que a gente se dava bem. A



gente ia conversando. O clima era bom. Mas a gente estava longe da família. A outra coisa é que a gente não podia trabalhar mais. Meu blog ficava parado, Euclides peava pauta e tinha que deixar. O setor de info desfalcado. A outra sacanagem era financeira. Fazendo a conta, isso saia por vinte mil para o jornal, cada viagem. Não era tanto assim, mas era caro. Normalmente o procedimento era assim: a gente subia na van, o Chico chegava por último, na hora que ele chegava, a gente ia. Conversando a primeira uma hora, o pessoal ia dormindo, um pegava um troço para ler. Aí parava num posto para comer, sei lá na Lapa. Aí todo mundo acordava, comia um pastel, ia conversando, alguém dormia, lia etc.

### **O que você lia?**

**Rogério:** Li Guerra e Paz, Ulisses e mais o livro do meu irmão, Sim eu digo sim. Eu ia lendo, um dos poucos que ia lendo. E falando com a Rosiane no celular, O Chico jogava negócio de computador em que você é técnico de um time e você tem que escalar um time. Terminou como campeão mundial. Foi engraçado que na primeira viagem o Evandro tinha levado uns DVDs. Vamos ouvir música e tal, na hora que ele leia todo mundo desliga essa porra, eu quero ler, quero dormir. Nunca mais liaram música. O Euclides ia no celular, falando com a mulher. Eles têm uma confraria, de amigos, falando besteira o dia inteiro. Um grupo que toda a quinta-feira eles saem para beber. O Guilherme tinha o livro também. O Evandro era mais contemplativo, ficava olhando a passagem.

### **O lugar que vocês pararam?**

**Rogério:** O pior foi o Jardim Alegre, acho que eu tinha as fotos até. A gente saiu aquele dia, para a Maringá. Mas no outro dia tinha união da vitória. A gente decidiu parar para dormir em Guarapuava. O centro do Paraná é um vazio. O único lugar é uma cidade perto de Ivaiporã, cama jardim alegre. Um fim de mundo. A gente parou num posto tipo Trainspotting. Negócio imundo, banheiro saindo coco para todo lado, comprei uma bolachinha. Pior lugar. Tinha uns lugares meio bonitos. Um posto indo para cascavel. Tem um posto bonito no Irati. Primeira audiência que a gente foi, a gente teve que dormir lá porque a audiência era cedo. O Belizário foi comprar água e se atrasou. Estava em cima da hora pra gente ir pra audiência. Onde é o fórum? É perto aqui, a então vou a pé (Chico). Euclides ficou nervoso porque ele sabe que o Chico é perdido: como é que vocês deixam o Chico sozinho? Ele nunca mais vai

achar o fórum. A gente saiu caçando o Chico pela cidade. A gente achou ele na metade do caminho, fumando, calmo, tranquilo.

**Você faria alguma coisa diferente?**

**Rogério:** Talvez a charge. Mas não acho que a gente tenha ferido nenhum preceito do jornalismo.

**Mas se você já tinha tocado no assunto por que deu problema?**

**Rogério:** O nome, o nome. Quando sai nos jornais é dizendo o judiciário e tal. Os caras ficaram putos com isso. É informação pública. Em nenhum momento a gente diz que é ilegal. O que a gente questionava era se deveria ser assim.

## **APÊNDICE 5 – GUILHERME RALDI STORCK**

**Entrevista realizada com designer Guilherme Raldi Storck, no dia 15 de setembro de 2017, às 16 horas, na sede da Gazeta do Povo, em Curitiba. A entrevista durou 53 minutos.**

### **Como você escolheu sua carreira?**

**Guilherme:** Sou formado em design gráfico na UFPR. Tinha uma disciplina chamada design da informação, que foi a que mais me interessou durante o curso. É basicamente o mais interessado com o entendimento objetivo e rápido da informação. Os projetos que vi nessa disciplina são os que achei mais legais: sinalização - num aeroporto, num hospital - problemas de localização, infográficos. Comecei a me interessar por visualização de dados, visualização da informação. Acabei me interessando, descobri que tinha um setor de infografia na gazeta do povo. Consegui o estágio já no último ano da faculdade e fiz um ano de estágio. Quando estava terminado a faculdade, me chamaram para ser designer.

### **Por que você se interessou por essa parte?**

**Guilherme:** Me pareceu a parte que mais tinha a ver, a parte que mais identifiquei como relevante. A gente tem muita informação e as coisas precisam ser explicadas. Transformar uma coisa complexa é algo que me anima.

### **Como foi escolher seu curso no vestibular?**

**Guilherme:** Eu já tinha uma afinidade com coisas visuais. Mas eu estava na dúvida entre engenharia elétrica ou mecânica. Jornalismo nunca foi uma opção, nem imaginava que trabalharia num jornal. Entrei na faculdade em dois mil e seis e saí em dois mil e dez.

### **Como funciona seu dia a dia?**

**Guilherme:** Eu recebo todo tipo de informação. Uma parte do trabalho é entender qual a necessidade informacional, o que tem de interessante, que seria melhor não estar em texto. Sempre tem a base o que o editor traz, embora às vezes o texto nem exista como produto final.

### **O que você fazia como estagiário?**

**Guilherme:** Mapa do tempo, no jornal diário. Eu comecei a entender como eram feitos os infográficos. O pessoal recebia informação, começava uma tabela, aprendi como era fazer o mapa, entendia como se organizava um arquivo.

### **Como era a equipe?**

**Guilherme:** Tinha um estagiário. O Lin era meu chefe, tinha Matias, Leandro, Fabiane [...]. Quatro infografistas. Eram seis pessoas. Daí o Matias virou meu chefe, eu passei a ser info. Entrou outro estagiário. Quando o Lin saiu, tinha uma equipe de web designer, três pessoas. Daí essa equipe se juntou a nossa, um analista de sistemas (Evandro) e web designer (Marcos). Aí tiveram mais cortes na info. Ficou com dois info. Agora são cinco pessoas.

### **E sua vida pessoal?**

**Guilherme:** Quando eu entrei morava na casa da minha mãe, no Boqueirão. Em dois mil e treze eu casei, fui morar no centro. Depois de um ano a gente foi para o Alto da XV, no final do ano passado fomos para o Uberaba. Minha esposa é designer também. Tem uma empresa própria, que entra mais na parte de identidade visual, marcas, branding. A gente se conheceu na faculdade, na mesma turma.

### **Você já tinha lidado com uma situação como a dos processos?**

**Guilherme:** Tiveram outros casos mais sensíveis. Em dois treze teve a série de mil homicídios em Curitiba, a Crime sem castigo. Mas não sei se tinha um grande risco. Mas não era nominal. Teve uma em dois mil e onze que era contra polícia, que foi um pouco mais sensível. Essa mexia com gente mais barra pesada, falava que os policiais faziam mal-uso das viaturas. Tanto que o Mauri foi ameaçado, teve que sair do país. Eu criei uma base de dados para eles verem as cidades que estavam gastando mais com delegacia abandonada. Mas não chegou a ser uma coisa além disso. Não tinha nome de ninguém. Era mais gastos públicos.

### **Em geral seu nome sai nisso?**

**Guilherme:** A gente trabalha muito com modelos, nada autoral. A gente assina só quando tem algo de especial. Com o passar do tempo algumas reportagens foram sendo auxiliadas por grande quantidade de informação. Aí nessas situações meu nome começou a sair com mais frequência.

**Em quanto tempo você produziu o material dos supersalários?**

**Guilherme:** O trabalho do Evandro foi maior. Acho que levou umas duas semanas para gerar o script. O que para gente é um prazo comprido. O meu deve ter sido dois ou três dias. Geralmente são várias pautas. A gente está tentando tocar um projeto maior sendo interrompido por coisas diárias.

**Como surgiu a pauta para você?**

Com o Chico ou Euclides pedindo para o Evandro baixar os dados. É comum.

**Era um trabalho como qualquer outro então?**

**Guilherme:** Sim, a princípio. Mas eu fiquei com o pé atrás da gente colocar a lista de nomes na matéria, questionei algum editor na época. Em nenhum momento pensei ah se tivessem me ouvido. Não vou ser idiota. Participei como todo mundo. Nenhum momento me arrependo. Só que é curioso... gosto de pensar que estou com um faro certo para pensar quando dar cagada. Para mim e para o Evandro era uma coisa inédita. Foi uma surpresa. Quando o processo chegou na redação cada um recebeu uma cópia. Veio nominal. Não dei muita bola porque quem sabia lidar com essa situação. O pessoal falou que não era nada. Mas depois o número aumentou, a preocupação aumentou e teve a conversa com o dono do jornal. As coisas começaram a cair em março. A primeira viagem era em abril.

**Como foi o momento de viagem?**

**Guilherme:** Gosto de viajar dirigindo. Carona não. Nas viagens geralmente eu tentava ler, ouvia música. Levei computador, tentei trabalhar algumas vezes. Nada de especial. Discutindo projeto paralelo com o Evandro

**Por que, quando eu falei da primeira vez dessa pauta e disse que queria te entrevistar, você fez uma cara que na hora me pareceu um pouco de desgosto?**

**Guilherme:** {Risos} achei que o assunto tivesse morrido já. Os 46 processos tão no STF. Teve a primeira decisão do weber que foi contra a gente, mas suspendeu numa segunda liminar. Está esperando julgar o mérito mesmo da questão.

**Como era nas audiências?**

**Guilherme:** Conforme foi passando a gente foi perdendo a paciência. Às vezes o Galindo falava alguma coisa. O Chico deu uma estourada em um. Mas em nenhum dos casos a gente desrespeitou. Para mim pegou mais quando teve a reunião com o dono. Quando eles disseram: se vocês perderem os processos o jornal vai fechar.

**Como era o cotidiano nas cidades?**

**Guilherme:** Não era muito diferente uma da outra. Tinha lugares. O lugar de comer misto quente, no caminho da União da Vitória. Não lembro do nome. Um polaco que falava engraçado. Mas nas cidades a gente chegava a tempo de não perder a audiência.

**O Chico quase perdeu uma audiência não?**

**Guilherme:** Não. Teve um problema de comida, ele passou mal... Teve uma audiência que ele resolveu ir andando. A gente teve que caçar ele no caminho. Em nenhum caso foi muito traumático. Teve uma audiência que a gente se atrasou na hora de almoçar. A gente não sabia onde era e achou que ia achar fácil. Era na Lapa. Foi meio corrido.

**Como é a relação de vocês?**

**Guilherme:** O Evandro é mais meu amigo. O Galindo era a voz da razão, mas também o cara mais medroso, tem medo de andar na estrada. Era o cara que queria voltar para casa. O Euclides é meio quieto. Ele é divertido quando está falando.

**Teve algum momento que você achou que ia dar tudo errado?**

**Guilherme:** Na reunião em que eles falaram que o jornal podia fechar. O jornal já estava sofrendo um processo por causa de uma coluna do Celso Nascimento. Um processo, a multa arriscava ser maior que todas as nossas juntas. Ela me deu uma perspectiva que era uma coisa normal do jornal. Até sair a decisão do Rosa Weber, a situação estava trágica. A única chance era suspender o direito de eles julgarem os colegas. Mas acho que a chance de voltar na situação que estava é muito remota.

**Esse caso mudou seu modo de trabalhar?**

**Guilherme:** Acho que eu já tinha um modo de trabalho bem cuidadoso, que eu aprendi aqui. Já trabalhava num nível de organização bem grande. Não sei se mudou muita coisa. Eu sempre achei que essa história... eu pessoalmente achei que foi exagerado. Fazer um Profissão Repórter, sei lá. Na época eu achei a palavra censura um pouco forte. Não me parecia caber nesse caso. Talvez intimidação. Vejo que funcionou da parte deles. Porque acho que não rolou alguma matéria parecida nesses termos. E se eu penso em mexer com alguém, certamente não vou começar por eles. Então talvez tenha funcionado. Isso faz com que os jornais não mexam com certos tipos de assunto. O cala boca deles acaba funcionando.

**Você tem algum plano a longo prazo?**

**Guilherme:** Não. Gosto de trabalhar aqui, do espaço. Penso em alguma coisa que tenha a ver com urbanismo, cidades inteligentes. Com o design de cidades.

**Teve estágio antes da Gazeta?**

De design numa empresa industrial, fazia um material gráfico deles. Aí fiz parte do núcleo de sustentabilidade na faculdade: id, material interno, eventos. Fiz iniciação científica e foi isso. Fiz bastante freela: site, cartaz, papel gráfica.

**Seus pais fazem o que?**

**Guilherme:** Mae dona de casa e pai médico veterinário. Eles eram contra e são até hoje. Sou o filho que não deu certo. Meu irmão está na faculdade agora fazendo Geografia. Eles descobriram que design não era o pior que podia ter (risos) e minha irmã, que era aposta da família, está se formando em Engenharia Civil. Tenho vinte e oito anos. Casei em dois mil e treze.